

Paper
#4



Food for Justice

Power, Politics
and Food Inequalities
in a Bioeconomy

2021

Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil

Eryka Galindo, Marco Antonio Teixeira, Melissa de Araújo,
Renata Motta, Milene Pessoa, Larissa Mendes e Lúcio Rennó

A publicação **Food for Justice Working Paper Series** tem o propósito de disseminar resultados de projetos de pesquisa em andamento sobre alimentação em interface com debates sobre desigualdades, poder, política e bioeconomia a fim de encorajar a troca de ideias e o debate acadêmico.

–

EDITORES(AS)

Renata Motta, Marco Antonio Teixeira e Madalena Meinecke

–

ASSISTENTE EDITORIAL

Lea Zentgraf

–

PROJETO GRÁFICO

Débora Klippel · DKdesign

A inclusão de um artigo na *Food for Justice Working Paper Series* não impede a publicação deste texto em outro meio. Os direitos autorais são dos(as) próprios(as) autores(as) dos artigos e são baseados na licença Refubium da FU Berlin. Os artigos que contêm figuras e imagens de propriedade de outros(as) autores(as) e instituições são utilizados aqui com a devida permissão.

COPYRIGHT PARA ESTA EDIÇÃO:

© Galindo, Eryka; Teixeira, Marco Antonio; De Araújo, Melissa; Motta, Renata; Pessoa, Milene; Mendes, Larissa; Rennó, Lúcio

Citação:

Galindo, Eryka; Marco Antonio Teixeira, Melissa De Araújo, Renata Motta, Milene Pessoa, Larissa Mendes e Lúcio Rennó. 2021. "Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil." Food for Justice Working Paper Series, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. DOI 10.17169/refubium-29554

ISBN: 978-3-96110-370-6

O Grupo de Pesquisa "Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia" está sediado no Instituto de Estudos Latino-Americanos (LAI) da Freie Universität Berlin. É financiado por um período de 5 anos (2019-2024) pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF). Food for Justice investiga mobilizações sociais que se contrapõem às injustiças no sistema alimentar e inovações sociais e políticas que enfrentem as desigualdades que comprometem a segurança alimentar, tais como as desigualdades de classe, gênero, raça, etnia e nacionalidade. Todos os Working Papers estão disponíveis gratuitamente no nosso site: <https://www.lai.fu-berlin.de/food-for-justice>

FREIE UNIVERSITÄT BERLIN

Junior Research Group Food for Justice

Boltzmannstraße 1

D-14195 Berlin

foodforjustice@lai.fu-berlin.de

COORDENAÇÃO:

PARCERIAS:

EXECUÇÃO:

FINANCIADO POR:



Bundesministerium
für Bildung
und Forschung



Resumo

Esta publicação analisa os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a alimentação da população brasileira, com relação à situação de segurança alimentar e ao consumo de alimentos. Os dados analisados foram coletados por meio de pesquisa de opinião pública realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2020, coleta telefônica, junto à amostra representativa da população brasileira. Esta pesquisa foi coordenada pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, da Freie Universität Berlin (Alemanha), em parceria com pesquisadoras/es da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Brasília (UnB). Os resultados demonstram que 59% dos domicílios entrevistados estavam em situação de insegurança alimentar durante a pandemia e parte significativa deles diminuiu o consumo de alimentos importantes para a dieta regular da população – 44% reduziram o consumo de carnes e 41% o consumo de frutas. Assim, os dados coletados corroboram informações anteriores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio que indicavam o aumento da insegurança alimentar no Brasil nos anos de 2017/2018 em relação aos padrões anteriores, de 2013. Conclui-se que as instabilidades socioeconômicas geradas pelas crises política e econômica vividas nos últimos anos no país agravaram-se com a pandemia da Covid-19, acentuando as desigualdades alimentares entre uma parcela da população brasileira, sobretudo, quanto ao acesso a alimentos saudáveis de forma regular e em quantidade e qualidade suficientes.



PALAVRAS-CHAVE: Segurança alimentar; Escala Brasileira de Insegurança Alimentar; Direito humano à alimentação adequada; Covid-19; Pandemia; Saúde pública; Políticas públicas; Desigualdades alimentares.

Abstract

This working paper analyzes the effects of the Covid-19 pandemic on food security and food consumption in Brazil. The data was collected between November and December 2020 through a public opinion survey conducted by telephone with a representative sample of the Brazilian population. This data collection was coordinated by the Research Group Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy, of the Freie Universität Berlin (Germany), jointly with researchers from the Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) and the Universidade de Brasília (UnB). The results show that 59% of the inquired households are in a situation of food insecurity during the pandemic, and that a significant part of the respondents reduced the consumption of food items important for their regular diets; 44% reduced meat and 41% reduced fruit consumption. Thus, the data collected confirms the previous findings by the National Research for Sample of Domicile [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio] that indicated an increase in food insecurity in Brazil in the years 2017 and 2018 compared to the previous standards from 2013. In conclusion, the socioeconomic instabilities caused by the political and economic crises in recent years have worsened with the Covid-19 pandemic, reinforcing food inequalities for a large portion of the Brazilian population, especially regarding access to healthy food on a regular basis in a sufficient quantity and quality.



KEYWORDS: Food security; Brazilian Food Insecurity Scale; Human right to adequate food; Covid-19; Pandemic; Public health; Public policies; Food inequalities.

Mini biografias

Eryka Galindo, historiadora, é pesquisadora de doutorado do Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia”, com sede no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin e financiado pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF). e.silva.galindo@fu-berlin.de

Dr. Marco Antonio Teixeira, sociólogo, é coordenador científico e gerente de projetos do Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia”, com sede no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin e financiado pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF), pesquisador de pós-doutorado do Instituto Latino-Americano (FU Berlin). marco.teixeira@fu-berlin.de

Melissa Luciana de Araújo, nutricionista, é doutoranda em Saúde e Nutrição na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e coordenadora da Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA/MG). melissaluciana20@gmail.com

Jun.- Prof. Dra. Renata Motta, socióloga, é líder do Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia”, com sede no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin e financiado pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF), professora de Sociologia do Instituto de Estudos Latino-Americanos (FU Berlin). renata.motta@fu-berlin.de

Prof. Dra. Milene Cristine Pessoa, nutricionista, é professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e líder do Grupo de Estudos Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS). milenecpessoa@gmail.com

Prof. Dra. Larissa Loures Mendes, nutricionista, é professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e líder do Grupo de Estudos Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS). larissalouresmendes@gmail.com

Prof. Dr. Lúcio Rennó, cientista político, é professor associado do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília e ocupa a Direção do Instituto de Ciência Política para o mandato de 2020 a 2024. lucio-renno@unb.br

Agradecimentos

O desenvolvimento desta pesquisa foi possível por meio da conjunção de esforços e colaborações estabelecidas entre instituições e profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Assim, queremos estender nossos agradecimentos:

À toda equipe do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD), responsável pela execução da pesquisa de campo e consolidação da base de dados. Expressamos nosso reconhecimento ao trabalho realizado por André Jácomo [Diretor de Atendimento], Amanda Ávila [Gerente de Projetos], Isabel Motta [Analista de Pesquisa], Fábio Brandão [Coordenador do Campo], Vanderlei Ribeiro [Coordenador de Verificação], Mariana Fontão [Treinamento e Verificação], Sérgio Henrique dos Santos [Verificação], Anelise Marques [Verificação] e as/os 48 entrevistadoras/es envolvidos na aplicação do instrumento de pesquisa [survey].

À economista Lena Lavinias, Professora Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ], que nos brindou com seus comentários instigantes desde as etapas iniciais de estruturação desta pesquisa.

À analista de dados Clara de Oliveira, que nos apoiou na análise da base de dados e na estruturação das tabelas e gráficos disponíveis nesta publicação.

Ao economista Júnior César Dias, atualmente Oficial Nacional de Projetos da Organização Internacional do Trabalho [OIT], pelas informações relevantes disponibilizadas, quanto às plataformas de dados do IBGE.

Ao assistente de pesquisa, Kevin Kaisig, do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça, pelo apoio na formatação deste documento e organização das referências bibliográficas.

Às/Aos entrevistadas/os que cederam, generosamente, seu tempo para participarem desta pesquisa.

Lista de Quadros

Quadro 1	07
Lista de variáveis e estratos amostrais, 2020	
Quadro 2	08
Planejamento e execução amostral, 2020	
Quadro 3	16
Perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar	

Lista de Tabelas

Tabela 1	11
Perfil Socioeconômico da amostra pesquisada, 2020	
Tabela 2	12
Número de moradoras/es nos domicílios entrevistados, 2020	
Tabela 3	12
Número de responsáveis nos domicílios entrevistados, 2020	
Tabela 4	17
Pontos de corte para domicílios, com e sem menores de 18 anos de idade, segundo a situação de segurança alimentar	
Tabela 5	18
Frequência de respostas positivas e negativas, das/os entrevistadas/os para as 8 questões da EBIA, 2020	
Tabela 6	21
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme a situação territorial do domicílio, 2020	
Tabela 7	24
Domicílios com única/o responsável conforme sexo da pessoa responsável	
Tabela 8	29
Alteração da renda durante a pandemia nos domicílios da/os entrevistadas/os respondentes das 8 questões da EBIA, 2020	
Tabela 9	30
Domicílios que receberam ou não o auxílio emergencial e responderam às questões da EBIA, 2020	

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Proporção de diferentes níveis de renda per capita das/os entrevistadas/os, 2020	12
Gráfico 2 Faixa etária das/os moradoras/es dos domicílios entrevistados, 2020	13
Gráfico 3 Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, 2020	18
Gráfico 4 Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, 2020	19
Gráfico 5 Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios entrevistados conforme as macrorregiões do país, 2020	20
Gráfico 6 Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios entrevistados, conforme a situação territorial do domicílio, 2020	21
Gráfico 7 Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme a situação territorial do domicílio, 2020	22
Gráfico 8 Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistadas/os, nos municípios por número de habitantes, 2020	23
Gráfico 9 Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme número de pessoas responsáveis pelo domicílio, 2020	24
Gráfico 10 Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme sexo da pessoa responsável pelo domicílio, em casos de único responsável, 2020	25
Gráfico 11 Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme raça ou cor da pessoa responsável pelo domicílio, em casos de único responsável, 2020	25
Gráfico 12 Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme sexo das pessoas responsáveis pelo domicílio, em casos de dois responsáveis, 2020	26
Gráfico 13 Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme raça ou cor das pessoas responsáveis pelo domicílio, em casos de dois responsáveis, 2020	26
Gráfico 14 Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme quantidade de moradoras/es no domicílio, 2020	27
Gráfico 15 Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios entrevistados, conforme grupos de idade dos moradoras/es, 2020	27

Gráfico 16	28
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme renda per capita do domicílio, 2020	
Gráfico 17	29
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme percepção da variação da renda no domicílio, 2020.	
Gráfico 18	31
Formas de utilização da renda adquirida com o Auxílio Emergencial, 2020	
Gráfico 19	31
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme recebimento do Auxílio Emergencial por pelo menos um morador, 2020	
Gráfico 20	32
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios entrevistados, conforme recebimento de Aposentadoria e Bolsa Família por pelo menos um morador, 2020	
Gráfico 21	34
Proporção do consumo de alimentos saudáveis por adultos antes da pandemia, 2020	
Gráfico 22	34
Proporção do consumo de alimentos não saudáveis por adultos antes da pandemia, 2020	
Gráfico 23	35
Proporção da alteração no consumo de alimentos saudáveis por adultos durante a pandemia, 2020.	
Gráfico 24	35
Proporção da alteração no consumo de alimentos não saudáveis por adultos durante a pandemia, 2020.	
Gráfico 25	36
Proporção do consumo irregular de alimentos saudáveis antes da pandemia por adultos segundo a situação de segurança alimentar, 2020	
Gráfico 26	37
Proporção do consumo regular de alimentos não saudáveis antes da pandemia por adultos segundo a situação de segurança alimentar, 2020	
Gráfico 27	38
Proporção da redução no consumo de alimentos saudáveis por adultos segundo a classificação de segurança alimentar durante a pandemia, 2020	
Gráfico 28	38
Proporção da redução no consumo de alimentos não saudáveis por adultos segundo a classificação de segurança alimentar durante a pandemia, 2020	

Lista de Abreviaturas e Siglas

AE	Auxílio Emergencial
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
BMBF	Bundesministerium für Bildung und Forschung/BMBF
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
GEPPAAS	Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPAD	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEI	Microempreendedor Individual
NR	Não Sabe
NS	Não Respondeu
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
SA	Segurança Alimentar
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
VIGITEL	Sistema de Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico



Sumário

Introdução	1
1 Cenário da segurança alimentar no Brasil	2
2 Metodologia	6
3 Perfil socioeconômico da amostra	10
4 Segurança e Insegurança Alimentar em tempos de pandemia	14
4.1. Segurança alimentar nas grandes regiões do Brasil	19
4.2. Situação territorial do domicílio	20
4.3. Responsáveis pelo domicílio	23
4.4. Moradoras/es do domicílio	27
4.5. Renda per capita	28
4.6. Auxílio Emergencial e outros benefícios	29
5 Consumo de alimentos em tempo de pandemia	33
5.1. Relação entre consumo de alimentos e situação de Segurança Alimentar	36
Considerações finais	39
Referências bibliográficas	41

Introdução

Esta publicação analisa os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a alimentação da população brasileira, com relação à situação de segurança alimentar e ao consumo de alimentos. Este Working Paper apresenta os primeiros resultados de pesquisa de opinião pública representativa da população brasileira sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 no Brasil nos temas alimentação, trabalho reprodutivo e política.

A pesquisa foi coordenada pelo Grupo de Pesquisa **Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia** [*Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy*], sediado no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin. O survey foi organizado em parceria com pesquisadores(as) do **Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde** [GEPPAAS] da **Universidade Federal de Minas Gerais** (UFMG) e do **Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília** (UnB). A coleta de dados foi realizada pelo **Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados** (IBPAD).

Os dados apontam para um contingente elevado da população entrevistada em situação de insegurança alimentar com redução do consumo de alimentos saudáveis durante os meses de agosto a dezembro de 2020.



1 | Cenário da Segurança Alimentar no Brasil

A Organização das Nações Unidas (ONU) estimou que mais de 130 milhões de pessoas em todo mundo poderiam estar em situação de insegurança alimentar até o final de 2020. Estes dados integram relatório divulgado em junho de 2020 que analisou os potenciais impactos da pandemia da Covid-19 na segurança alimentar mundial.

Os dados divulgados pela ONU convergiam com a denúncia de muitos movimentos sociais e organizações da sociedade civil sobre a situação da segurança alimentar no Brasil nos primeiros meses da pandemia: as dificuldades de acesso aos alimentos ameaçavam a segurança alimentar de muitos domicílios brasileiros.

Este contexto motivou o grupo de pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia a desenvolver uma pesquisa nacional para entender os efeitos da pandemia na alimentação da população brasileira. Com isso, focalizou-se na análise da percepção dos brasileiros e brasileiras sobre o acesso, consumo e aquisição de alimentos no contexto da pandemia.

Há que se destacar que antes mesmo da pandemia de Covid-19 já se verificava uma tendência no Brasil de diminuição da segurança alimentar. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013 (PNAD - 2013) registrou o melhor nível de segurança alimentar de toda a série histórica - 77,4%. Entretanto, quatro anos depois, a Pesquisa de Orçamento Familiar 2017-2018 (POF 2017/2018) (Ibge, 2020) revelou que a situação de segurança alimentar era vivenciada por 63,3% dos domicílios pesquisados. Ou seja, uma queda de 14,1 pontos percentuais. Com isso, 36,7% estavam com algum grau de Insegurança Alimentar.

O aumento dos níveis de insegurança alimentar, atestados pela POF 2017-2018, foi influenciado pela combinação dos efeitos das crises econômica e política. Os reflexos da crise financeira internacional de 2008 se fizeram sentir de forma mais expressiva na economia brasileira, principalmente, a partir de 2012, motivada pela queda no preço das commodities no mercado mundial (Favareto, 2017).

Avaliações da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 2019, sobre a segurança alimentar e nutricional no mundo demonstram que o contexto de desaceleração econômica é gerador de um ambiente mais suscetível à insegurança alimentar. Segundo este relatório (Fao, 2019), dos 77 países que passaram por desaceleração na economia entre 2011 e 2017, 65 apresentaram aumento de casos de subnutrição. Além disso, sinalizou que as crises

econômicas globais ocorridas entre 2011 e 2017, que provocaram sucessivas quedas nos preços das commodities, afetaram principalmente os países com baixa complexidade na estrutura produtiva e dependentes de exportação de insumos primários, como é o caso do Brasil. As projeções para 2021 ainda apontam para um cenário de adversidades. Boletim divulgado pelo Banco Central do Brasil, em 22 de fevereiro de 2021¹, indica a diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 3,43% para 3,29%; estimativas publicadas, em janeiro de 2021, pelo Banco Mundial indicam que o Brasil deverá ter um PIB negativo de 4,5% e que a contração na economia latino-americana é estimada em 6,5%².

No Brasil, as possibilidades políticas de aliviar os efeitos das crises econômicas sobre os mais pobres por meio de políticas anticíclicas e pelo funcionamento de uma institucionalidade robusta de programas de segurança alimentar, como havia prevalecido imediatamente à crise financeira internacional, de 2008, foram progressivamente se deteriorando em um cenário de instabilidade política³, instalado a partir de 2014. Este período é marcado por mudanças na agenda pública, baseadas na flexibilização e depreciação de direitos sociais consagrados – como as leis trabalhistas, a previdência social e a política de valorização do salário-mínimo – e no sistemático enfraquecimento de políticas e programas voltados à diminuição das desigualdades sociais, como os Programas de Transferência de Renda (Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada – BPC), sob a justificativa da austeridade fiscal [Silva, 2018]. A crise política também afetou a agenda da alimentação por meio do enfraquecimento da estrutura institucional e de importantes políticas e programas de promoção da produção da agricultura familiar, que se expressa no fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016) e no baixo investimento no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O enfraquecimento destas políticas, reconhecidas mundialmente como ações exitosas que contribuem para a meta de erradicação da fome, sendo importantes impulsionadoras da saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO, em 2014, dificulta que os indivíduos mais pobres tenham acesso a alimentos [GT Sociedade Civil para Agenda 2030; Alpino et al, 2020].

Os retrocessos institucionais e orçamentários na agenda da segurança alimentar e nutricional ocorridos no período pré-pandemia e não revertidos durante a crise sanitária atual também foram expressos por meio da: extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), cuja missão era propor diretrizes para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) [Castro, 2019]; inoperância da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); não realização da 6a Conferência Nacional de Segurança Alimentar

1 <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20210226.pdf>. Acesso em: 04 Mar. 2021.

2 <http://pubdocs.worldbank.org/en/787311599838770882/Global-Economic-Prospect-2021-Regional-Overview-LAC-PT.pdf>. Acesso em: 04 Mar. 2021.

3 Os sinais de instabilidade política no Brasil se evidenciavam já em junho de 2013, com as manifestações que ganharam as ruas do país em defesa de uma variedade de pautas por direitos e políticas públicas que, porém, logo se tornaram difusas com a tomada das ruas por grupos que defendiam um estado mínimo. Esta polarização se aprofundou nos anos seguintes. Em 2014, a hostilização pública de membros do sistema político se fortaleceu com os trabalhos da operação Lava Jato. O processo eleitoral de 2014, fortemente marcado por este cenário de crise política, registrou polarização política entre os candidatos que foram para o segundo turno, culminando no pedido de recontagem dos votos pelo candidato derrotado. Na esteira deste processo, viabilizou-se as condições para a aprovação do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016. [Abranches, 2019; Avritzer, 2019; Solano e Rocha, 2019]. O Vice-Presidente Michel Temer assumiu o poder com uma agenda contrária ao programa da chapa vencedora, exercendo um mandato sem legitimação eleitoral.

e Nutricional [CNSAN] e a ausência do III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional [PLANSAN], que pauta o planejamento e a execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional [PNSAN]. Tais medidas comprometeram o monitoramento às violações do DHAA no contexto da pandemia pelo governo federal, cujos arranjos institucionais propostos até então não dão conta ou não têm como atribuição o monitoramento do DHAA [Alpino et al, 2020].

Em 2020, em um mundo colapsado pela pandemia de Covid-19, a economia sofreu um profundo revés. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]⁴ revelam que a inflação alcançou em 2020 o patamar de 4,52%, percentual medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo [IPCA], sendo o maior índice registrado desde 2016 [de 6,29%] e elevando em 14,09% nos preços de alimentos e bebidas – um percentual quase três vezes maior que a inflação geral. Estes dados também indicam que os itens mais importantes da cesta básica tiveram aumento de preço expressivo, dentre os quais se destacam o óleo de soja, com um acréscimo na ordem dos 103,79%, além do arroz [76,01%], batata inglesa [67,27%], tomate [52,76%], frutas [25,40%] e carnes [17,97%].

O aumento da inflação dos alimentos resulta da combinação de vários fatores, sendo possível destacar aspectos relativos à macroeconomia [como os níveis de exportação/importação destes produtos], às mudanças na demanda interna, ao desempenho da safra e às políticas nacionais de abastecimento e controle de preços. Como informa o Instituto de Pesquisa Estatística Aplicada [IPEA], em sua Carta de Conjuntura N° 49 [4º trimestre de 2020], a alta do preço do arroz, em 2020, exemplifica bem a combinação destes fatores. Primeiramente, houve aumento das exportações e diminuição da importação de arroz nos oito primeiros meses de 2020. Com relação ao mesmo período do ano anterior, o aumento das exportações foi de 73,5% em volume e de 81,4% em valor, enquanto as importações tiveram queda de 17% em quantidade e 12% em valor. Em segundo lugar, houve alterações nos hábitos de consumo de alimentos, devido ao isolamento social, criando uma tendência de estocagem domiciliar, com consequente aumento da procura por produtos básicos. Em terceiro lugar, a produção brasileira de arroz tem permanecido relativamente estagnada, em grande medida pela priorização do agronegócio na produção de commodities internacionais para exportação, como soja e milho, em detrimento da produção de alimentos. O quarto fator é a tendência de redução da política de estoques nacionais a partir da safra 2013/2014: ao comparar as safras 2013/2014 e 2018/2019, verifica-se quedas de 37,9% e 38,09% dos estoques iniciais e finais, respectivamente.



4 Dados extraídos do Portal de notícias da Agência Brasil, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-01/ibge-inflacao-de-2020-tem-alta-de-452-maior-desde-2016>. Acesso em: 05 de março de 2021.

Por outro lado, os impactos da pandemia do Covid-19 sobre a economia brasileira foram atenuados por meio da execução do Auxílio Emergencial (AE)⁵, medida voltada à garantia de renda mínima aos brasileiros(as) em situação mais vulnerável em contexto de pandemia⁶. O referido benefício pagou parcelas mensais de R\$ 600,00 [ou R\$ 1,200 mil por mês às mães chefes de família] de abril a agosto de 2020, e metade desse valor (R\$ 300,00) de setembro a dezembro⁷.

Em 2020, o Auxílio Emergencial pagou aproximadamente 387,69 bilhões de reais a mais de 89 milhões de pessoas⁸. Converteu-se em importante mecanismo para o aquecimento da economia, impactando sobre o consumo das famílias e influenciando a atividade econômica de alguns setores (Costa & Freire, 2020), como demonstra o estudo publicado em junho de 2020 pela Fundação Getúlio Vargas sobre a compensação da perda da renda entre os diferentes setores de trabalho. Na média, para todos os tipos de trabalho, a renda com o AE demonstrou ser aproximadamente 24% maior do que a renda usual pré-pandemia (Gonzalez e Barreira; 2020).

É neste cenário no qual várias crises se combinam no Brasil [política, econômica, de seguridade social e sanitária] que se torna imprescindível ter diagnósticos sobre seu impacto na segurança alimentar, trabalho reprodutivo e política, no sentido de contribuir para a compreensão e análise conjuntural.



5 Instituído pela Lei 13.982, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada em Abril de 2020, pela presidência da República, o Auxílio Emergencial é resultado de uma complexa coalizão de forças políticas, que incluem as mobilizações de movimentos e organizações em torno de propostas para atenuar os efeitos da pandemia sobre a população brasileira, especialmente, a mais vulnerável. Mais informações em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/03/movimentos-populares-elaboram-20-propostas-contra-a-pandemia-de-covid-19/> Acesso em: 05 Mar. 2021.

6 “As pessoas que fazem parte do cadastro de Microempreendedores Individuais (MEI), os contribuintes individuais do INSS, autônomos e trabalhadores informais que não recebem nenhum outro benefício do Governo Federal (com exceção do Bolsa Família) estão aptos a receber o benefício. A pessoa também precisa ter mais de 18 anos, não ter emprego formal, ser de família com renda mensal per capita (por pessoa) de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou renda familiar mensal total de até três salários mínimos (R\$ 3.135), além de não ter tido rendimentos tributáveis, em 2018, acima de R\$ 28.559,70 (ou seja, que não precisou declarar Imposto de Renda em 2018). Desde que atenda às regras do Auxílio, quem já está cadastrado no Cadastro Único, ou recebe o benefício Bolsa Família, receberá o auxílio emergencial automaticamente, sem precisar se cadastrar”. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial#:~:text=0%20aux%C3%ADlio%20emergencial%20aprovado%20pelo,econ%C3%B4micas%20foram%20gravemente%20afetadas%20pela%20>>. Acesso em 5 Fev. 2021.

7 Até o fechamento desta publicação, no início de março de 2021, estava em tramitação no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) destinada a definir as condições de prorrogação do Auxílio Emergencial.

8 Dados extraídos do Portal da Transparência, da Controladoria Geral da União. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios?ano=2020> Acesso em: 03 Mar. 2021.

2 | Metodologia

A pesquisa representativa da opinião pública brasileira sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 no Brasil nos temas alimentação, trabalho reprodutivo e política foi realizada entre os dias 21 de novembro e 19 de dezembro de 2020. Com base nas estatísticas atuais de eleitorado do Tribunal Superior Eleitoral [TSE], há um número total de 147.918.483 eleitores(as) aptos(as) a votar. Esse foi o número utilizado para cálculo do tamanho da amostra. Numa população desse tamanho, considerando-se 95% de intervalo de confiança e uma margem de erro de 2,19 pontos percentuais, chega-se a uma amostra de 2.000 pessoas.

Devido à importância do isolamento social durante a atual pandemia, optou-se pela realização da pesquisa por coletas telefônicas. A seleção dos números para os quais telefonar foi aleatória estratificada por DDD a partir de banco de dados de números telefônicos fixos e móveis, combinados com informações do cadastro de todos os telefones fixos e celulares de acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações [Anatel]. As entrevistas foram realizadas pela plataforma Raptor, que permite unir discagem automática em massa e gestão de projeto de pesquisa [programação de filtros e pulos, gravação das entrevistas, auditoria em tempo real e controle de cotas].

As entrevistas passaram por testes de consistência e auditoria durante toda a fase do campo. Ao todo, foram checadas 10% das entrevistas de cada entrevistador/a, verificando a sua qualidade de aplicação, dicção e o estímulo a não-resposta. Com isso, buscou-se garantir que as entrevistas fossem aplicadas da mesma forma, por todas/os entrevistadoras/es. A duração média de aplicação do questionário foi de 29 minutos. Ao todo, foram realizadas 392.182 ligações para a realização das entrevistas. O consentimento da entrevista foi obtido oralmente no momento do contato telefônico, precedido por explicações sobre os objetivos da pesquisa e seu tempo médio de duração.

O questionário era composto por 73 questões (sendo duas perguntas abertas e 71 fechadas) e foi elaborado pela equipe do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça, com apoio das/os parceiras/os. As perguntas do questionário abordam: a) características demográficas e socioeconômicas da população; b) impactos da pandemia do Covid-19 sobre a alimentação; c) efeitos da pandemia do Covid-19 sobre o trabalho e a renda; d) trabalho doméstico e de cuidados no contexto da pandemia; e) Covid-19 entre moradores do domicílio e vizinhança; f) participação social em ações de enfrentamento à Covid-19; g) opinião sobre o cenário político

em meio à pandemia. O pré-teste do questionário foi realizado entre os dias 11 e 12 de novembro de 2020. Foram feitas 12 entrevistas ao todo.

O desenho amostral da pesquisa levou em consideração o controle de variáveis explícitas e implícitas do perfil das/dos entrevistadas/dos. As cotas explícitas são aquelas utilizadas formalmente como referências para definição do plano amostral. Nesta pesquisa, foram variáveis explícitas: **[a] sexo, [b] idade, [c] escolaridade, [d] situação territorial e [e] região do país⁹.**

Quadro 1
Lista de variáveis e estratos amostrais, 2020

Variáveis	Estratos
Sexo	Masculino
	Feminino
Faixa etária	18 a 24 anos
	25 a 34 anos
	35 a 44 anos
	45 a 59 anos
	60 anos ou mais
Escolaridade	Analfabeto/Sabe ler e escrever/Ensino Fundamental Incompleto e Completo
	Ensino Médio Incompleto e Completo
	Ensino Superior Incompleto e Completo
Situação territorial	Região Urbana
	Região Rural
Regiões administrativas	Norte
	Centro-Oeste
	Nordeste
	Sudeste
	Sul

Fonte: Dados da Pesquisa.

A amostra foi estratificada combinando quatro das cinco variáveis explícitas de controle: sexo, idade, escolaridade e região administrativa. Isso ocorreu porque foram utilizados os dados mais atuais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que só possui estatísticas das quatro variáveis citadas. Para situação territorial (urbano e rural), foi aplicada a proporção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

9 Como referência, foram utilizados os dados da PNAD 2020 e do TSE 2020 para definição da amostra.

[IBGE] para o total da amostra, uma vez que não há o dado cruzado atualizado desta variável. Isso significa que as cotas foram definidas de forma cruzada, ou seja, concomitante, representando ao todo, 150 células de controle amostral, o que demonstra controle e rigor dos cruzamentos representativos da pesquisa. Já a cota referente à situação territorial foi usada de forma não estratificada, ou seja, foi um controle realizado utilizando como referência o total da amostra [2.000 entrevistas]. Desse modo, as entrevistas com indivíduos moradores de zonas rurais foram registradas e computadas na pesquisa, independentemente do estrato amostral ao qual elas se referiam.

Quadro 2
Planejamento e execução amostral, 2020

Variáveis	Estratos	Planejado	Executado
Sexo	Masculino	48%	46%
	Feminino	52%	54%
Faixa etária	18 a 24 anos	15%	8%
	25 a 34 anos	22%	16%
	35 a 44 anos	22%	26%
	45 a 59 anos	26%	30%
	60 anos ou mais	16%	19%
Escolaridade	Analfabeta/o/Sabe ler e escrever/Ensino Fundamental Incompleto e Completo	40%	37%
	Ensino Médio Incompleto e Completo	40%	44%
	Ensino Superior Incompleto e Completo	21%	19%
Situação territorial	Região Urbana	84%	78%
	Região Rural	16%	22%
Regiões administrativas	Centro-Oeste	7%	9%
	Nordeste	27%	25%
	Norte	8%	8%
	Sudeste	44%	43%
	Sul	15%	15%

Fonte: Dados da Pesquisa.

As cotas implícitas são cotas não planejadas no desenho amostral, mas que possuem grande correlação com as cotas explícitas. Assim, com o cumprimento e controle das explícitas, estima-se que a pesquisa cumpra também com a representatividade das cotas implícitas. Esse tipo de estratégia é uma convenção adotada comumente no desenho de amostras de pesquisas de opinião para obter maior fluidez e eficiência do campo, com menores travas amostrais. Foram utilizadas duas variáveis implícitas de controle amostral: **(a) raça ou cor e (b) renda**. De acordo com dados do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2020 [PNAD 2020], ambas possuem correlação alta com escolaridade e região. Com o controle rigoroso das duas variáveis explícitas mencionadas, espera-se alcançar a representação das implícitas nos resultados da pesquisa.

Diante do exposto, a pesquisa conseguiu alcançar de forma exitosa o cumprimento das cotas. Pelo fato de a margem de erro ser calculada para o perfil total da amostra (2.000 casos em relação aos 147.918.483 eleitores), cada estrato amostral tem a sua própria margem de erro. Em praticamente todos esses estratos, as diferenças estão dentro de uma margem baixa de pontos percentuais.

O cumprimento da cota de escolaridade foi privilegiado porque, em estudos de opinião pública no Brasil, esta variável tem se mostrado importante marca de diferença de opiniões, percepções e atitudes dos indivíduos¹⁰. É importante notar também que o acesso à educação divide socialmente o país. Assim, para cumprir essa cota, foi necessário flexibilizar suavemente outras, sobretudo as cotas de indivíduos mais jovens. A dificuldade de acesso e contato com indivíduos mais jovens em pesquisas de opinião é atestada em outros estudos e documentada em publicações como Kenett, Pfeffermann e Steinberg [2018] e Henn [2019].



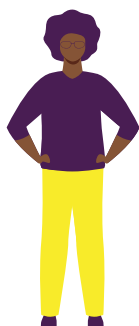
10 Algumas referências de estudos que citam isso são: Nicolau [2020], Izumi [2019], Oliveira e Turgeon [2015] e Pereira [2014].

3 | Perfil socioeconômico da amostra

O perfil socioeconômico da amostra é constituído por 53,8% de mulheres e 46,2% de homens¹¹. Em sua maioria, as/os entrevistadas/os se autodeclararam pretos ou pardos, 51,6%, seguidos de 43,8% brancos, e de 1,6% de raça ou cor amarela e 1,2%, indígena. Quando perguntadas/os sobre até que série tinham estudado, independentemente de terem concluído o referido nível de ensino, 44,6% das/os entrevistadas/os afirmaram ter até o ensino médio, 36,5% até o ensino fundamental e 18,9% até o ensino superior.

Quanto às regiões brasileiras em que residiam as/os entrevistadas/os, 42,6% afirmaram viver no Sudeste, 25,2% no Nordeste, 15,3% no Sul, 8,8% no Centro-oeste e 8,0% na região Norte, alcançando 733 municípios brasileiros. Destaca-se ainda que grande parte da população pesquisada, 78,1%, residiam em áreas urbanas, 8,1% em áreas rurais e 12,6% das/os entrevistadas/os estavam inseridos em situação de residência que combinavam áreas rural e urbana. A tabela 1 apresenta todos os dados de perfil socioeconômico mencionados acima.

Com relação ao perfil domiciliar das/os entrevistadas/os, o gráfico 1 mostra a distribuição percentual da amostra segundo faixas de renda per capita. No cálculo da renda per capita, foi utilizado o valor mais alto da faixa de renda declarada pelo domicílio. Por exemplo, para as/os entrevistadas/os que declararam ter renda entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00, foi utilizado o valor de R\$ 2.000,00. Este foi dividido pelo número total de moradores do domicílio. O valor per capita gerado foi distribuído conforme as faixas de renda utilizadas na pesquisa. Assim, a frequência da renda per capita mostrou que 35,9% [674 entrevistadas/os] vivem em domicílios com renda per capita de até R\$ 500,00 e 29,1% [547] entre R\$501,00 e R\$ 1.000,00. Somadas todas as faixas de renda per capita acima de R\$ 1001,00 chega-se ao percentual de 35,0%.



11 As análises com base na variável sexo feitas ao longo deste documento utilizaram-se das cotas de cumprimento do controle da variável explícita de sexo, que compõem o desenho amostral desta pesquisa. Optou-se por este recurso, pois os resultados coletados, conforme a própria autoidentificação das/os entrevistadas/os quanto ao seu sexo ou gênero, apresentaram baixo número de ocorrências em várias categorias e, com isso, baixo valor estatístico, como apresentamos a seguir: 51,6% da amostra [1035 pessoas] se autodeclararam como do sexo ou gênero feminino; 44,8% [898] masculino; 0,1% [2] transexual masculino; 0,7% [14] com outras categorias; 35 pessoas não responderam; 20 pessoas não souberam responder; nenhum/a das/os entrevistadas/os se autodeclarou como transexual feminino ou como não binário.

Tabela 1
Perfil socioeconômico da amostra, 2020

Sexo	Qtd.	%
Feminino	1078	53,8
Masculino	926	46,2
Total	2004	100

Raça ou cor	Qtd.	%
Branca	878	43,8
Parda	818	40,8
Preta	217	10,8
Amarela	32	1,6
Indígena	25	1,2
NR	24	1,2
NS	10	0,5
Total	2004	100

Grau de escolaridade	Qtd.	%
Até ensino fundamental	732	36,5
Ensino Médio	894	44,6
Ensino Superior	378	18,9
Total	2004	100

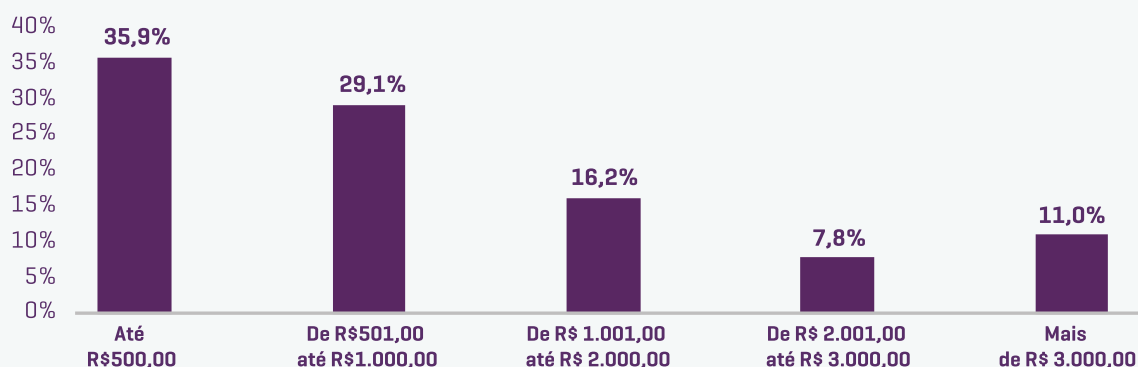
Macrorregiões do Brasil	Qtd.	%
Sudeste	853	42,6
Nordeste	506	25,2
Sul	307	15,3
Norte	161	8,0
Centro Oeste	177	8,8
Total	2004	100

Situação territorial	Qtd.	%
Em área urbana	1566	78,1
Em área rural e urbana	252	12,6
Em área rural	163	8,1
NS	16	0,8
NR	7	0,3
Total	2004	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Gráfico 1

Proporção de diferentes níveis de renda per capita das/os entrevistadas/os, 2020



*Nota: 58 não responderam e 66 não souberam a renda; 02 não responderam e 02 não souberam a quantidade de moradores.
Fonte: Dados da Pesquisa.*

A tabela 2 mostra o número de moradoras/es presentes nos domicílios entrevistados, demonstrando que 56,2% deles contam com até três moradoras/es, seguido por 39,5% das residências com 4 a 6 moradoras/es e 4,0% com 7 ou mais.

Tabela 2

Número de moradoras/es nos domicílios entrevistados, 2020

Número de moradoras/es do domicílio	Qtd	%
Até 3	1127	56,2
De 4 a 6	792	39,5
Mais de 7	81	4,0
NR	4	0,2
Total	2004	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quanto ao número de responsáveis pelo domicílio, pode-se afirmar pela tabela 3 que a maioria deles, 57,7%, declarou ter um/a único responsável e 41,9% afirmaram ter duas pessoas compartilhando a responsabilidade pelo domicílio. Houve apenas uma ocorrência de domicílio que disse ter três responsáveis.

Tabela 3

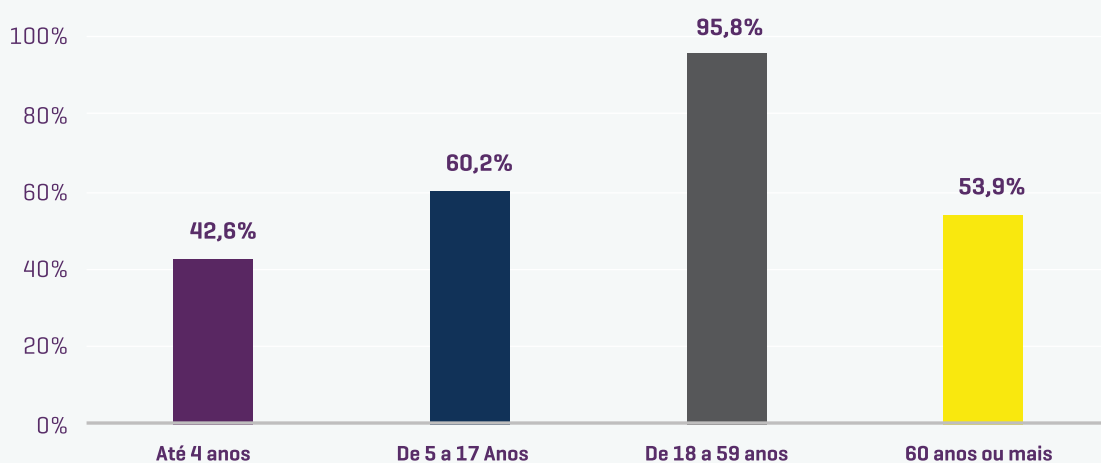
Número de responsáveis nos domicílios entrevistados, 2020

Número de moradoras/es do domicílio	Qtd	%
1 responsável	1157	57,7
2 responsáveis	839	41,9
3 responsáveis	1	0,0
NS	1	0,0
NR	6	0,3
Total	2004	100

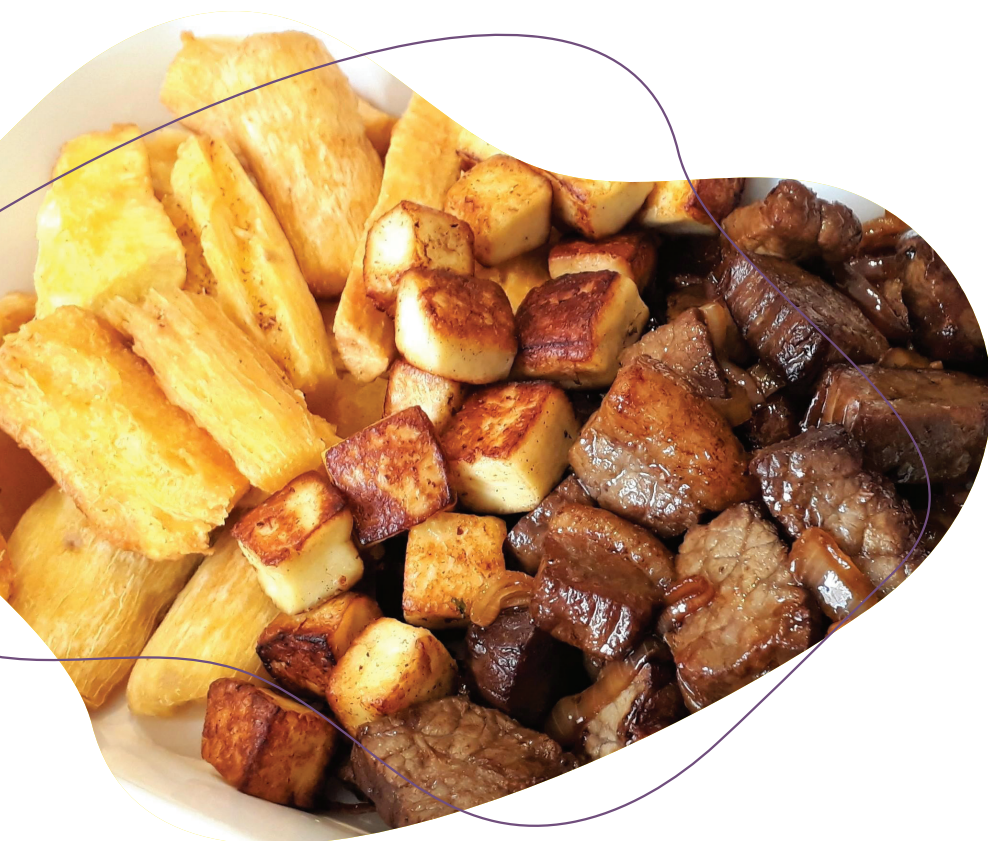
Fonte: Dados da Pesquisa.

Com relação à faixa etária das/os moradoras/es residentes nos 2004 domicílios entrevistados, o gráfico 2 mostra que 42,6% destes contam com crianças de até 4 anos de idade em sua composição e 60,2% com crianças e adolescentes de idade entre 5 e 17 anos. A maior parte dos domicílios, 95,8%, são integrados por jovens e adultos de 18 a 59 anos. Já as pessoas com 60 anos ou mais de idade estão presentes em 53,9% deles.

Gráfico 2
Faixa etária das/os moradoras/es dos domicílios entrevistados, 2020



Fonte: Dados da Pesquisa.



4 | Segurança e Insegurança Alimentar em tempos de pandemia

Considerando a variedade de metodologias disponíveis mundialmente para mensurar o fenômeno da insegurança alimentar, adotamos como referência a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) [Segall-Correa et al., 2009]. Tal escolha se justifica por sua comprovada validade e coerência com a realidade brasileira, sendo instrumento consagrado e de uso sistemático, desde 2004, pelo IBGE em seus inquéritos nacionais¹².

A EBIA é resultado de um esforço que envolveu instituições de pesquisa de diferentes regiões brasileiras¹³. A sua elaboração teve como ponto de partida a análise da escala norte-americana, composta por 18 itens, recorrendo-se também a abordagens qualitativas e quantitativas para a validação de questionário capaz de responder às especificidades nacionais [Péres-Escamilla et al., 2005; Melgar-Quinonez; Hackett, 2008]. O resultado deste trabalho foi a estruturação de uma escala baseada em 14 perguntas, sendo 06 delas destinadas a domicílios com moradores menores de 18 anos. A escala permite identificar as situações de segurança alimentar (SA) e insegurança alimentar (IA) nos domicílios, captando três níveis de insegurança alimentar: leve, moderada e grave. Assim, a EBIA pode ser caracterizada como:

“[...] uma escala que mede diretamente a percepção e vivência de insegurança alimentar e fome no nível domiciliar. É uma medida que expressa acesso aos alimentos e proporciona alta confiabilidade da escala, pois traduz a experiência de vida com a insegurança alimentar e a fome dos componentes do domicílio. A EBIA tem, portanto, a capacidade de mensurar a dificuldade de acesso familiar aos alimentos e também às dimensões psicológicas e sociais da insegurança alimentar. Considerando também se tratar de uma escala com fácil aplicação e baixo custo” (MDS, 2014)

12 A EBIA foi aplicada nas Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios (PNADs) dos anos de 2004, 2009 e 2013 e na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POFs) 2017-2018.

13 Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

IBGE (2020, p. 22) descreve segurança e insegurança alimentar como:

- a) **SEGURANÇA ALIMENTAR:** quando a família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais;
- b) **INSEGURANÇA ALIMENTAR LEVE:** quando há preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos;
- c) **INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA:** quando há redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos;
- d) **INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE:** redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.

Alguns trabalhos, como os de Santos *et. al.* (2014) e Coelho *et. al.* (2015), desenvolveram adaptações ao uso da EBIA, o que incluiu adequações no número de questões e reformulação dos enunciados, levando em conta, dentre outros aspectos, as especificidades dos segmentos sociais pesquisados. Assim, tais estudos produziram versões curtas da EBIA. Outros estudos utilizaram perguntas semelhantes a da EBIA para medir a insegurança alimentar. Contudo, analisaram as perguntas separadamente, sem utilizar os padrões de mensuração da escala (Unicef 2020; 2021).

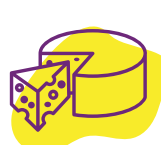
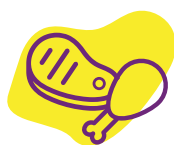
Nesta pesquisa, optou-se por utilizar as perguntas da EBIA, reproduzindo integralmente as questões tal como recomendam o Estudo Técnico N. 01/2014 do Ministério do Desenvolvimento Social e conforme aplicado nos inquéritos nacionais do IBGE. Foram feitas 8 perguntas da EBIA, por meio das quais é possível captar a segurança e insegurança alimentar entre os adultos do domicílio¹⁴. Como explicado na seção metodológica, a pesquisa foi realizada por meio de ligação telefônica em respeito às recomendações de distanciamento social, decorrentes da pandemia da Covid-19. Por esse motivo, todos os esforços foram no sentido de tornar o instrumento de pesquisa mais conciso e objetivo. Assim, optou-se por reduzir a quantidade de questões que integram a EBIA, sem comprometer a qualidade dos resultados. Abaixo apresentamos as perguntas que compõem a EBIA completa, destacando as 8 questões usadas nesta pesquisa:

14 As 6 perguntas não realizadas se destinam a captar o fenômeno da SA e IA em domicílios com menores de 18 anos. Ao se referirem às experiências de progressiva gravidade de restrição de alimentos, pesquisas como as de Segall-Corrêa & Marin-Leon (2009) e Belik (2003) afirmam que a redução da quantidade de alimentos nos domicílios é, inicialmente, vivenciada pelos adultos da família e, na situação mais grave, entre as crianças. Com isso, avaliar os efeitos da insegurança alimentar entre maiores de 18 anos possibilita entender o fenômeno entre adultos, que pode ser ainda mais grave se estendermos a análise com as perguntas voltadas para os menores de 18 anos.

Quadro 3
Perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

Numeração	Perguntas
1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
13	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: MDS, 2014, p. 8.



Para medir a segurança alimentar e os três níveis de insegurança foram adotados os parâmetros metodológicos que orientam a aplicação da EBIA (MDS, 2014): a) para cada resposta afirmativa, atribuiu-se o valor “1”; b) calculou-se a pontuação considerando o número de respostas positivas em cada item da escala. Como foram aplicadas as oito questões destinadas aos domicílios sem indivíduos menores de 18 anos, a classificação da segurança e insegurança alimentar foi calculada pelo intervalo de pontuação de 0 a 8, sendo 0 os domicílios em segurança alimentar e de 1 a 8 os que vivenciam algum nível de insegurança (Tabela 4).

Tabela 4
Pontos de corte para domicílios, com e sem menores de 18 anos de idade, segundo a situação de segurança alimentar

Situação de segurança alimentar	Pontos de corte para domicílios	
	Com menores de 18 anos	Sem menores de 18 anos
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1 - 5	1 - 3
Insegurança alimentar moderada	6 - 9	4 - 5
Insegurança alimentar grave	10 - 14	6 - 8

Nota: Pontos de corte para domicílios = Pontuação dos domicílios nos graus de segurança ou de insegurança alimentar leve, moderada ou grave.

Fonte: Ibge, 2020, p. 23.

A tabela 5 mostra o número de respostas positivas e negativas para cada uma das oito questões aplicadas. Vale mencionar que foram excluídos desta análise as/os 26 entrevistadas/os que responderam ‘Não Sabe’ ou ‘Não Respondeu’ para, ao menos, uma das oito questões, em observância às diretrizes preconizadas pela EBIA, que preveem pontos de cortes dentro da variação - neste trabalho, de 0 a 8, para respostas afirmativas. Assim, o total de respostas consideradas para este cálculo foi de 1.978 entrevistadas/os.



Tabela 5

Frequência de respostas positivas e negativas, das/os entrevistadas/os para as 8 questões da EBIA, 2020

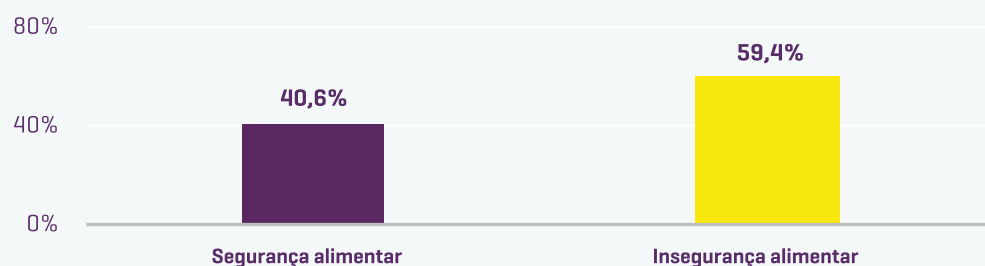
	Sim		Não		Nr		Ns	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?	899	44,9	1100	54,9	4	0,2	1	0,0
Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?	560	27,9	1441	71,9	3	0,1	0	0,0
Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	711	35,5	1286	64,2	5	0,2	2	0,1
Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?	736	36,7	1267	63,2	0	0,0	1	0,0
Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer um refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?	305	15,2	1696	84,6	2	0,1	1	0,0
Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?	488	24,4	1512	75,4	2	0,1	2	0,1
Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, por que não havia dinheiro para comprar comida?	317	15,8	1681	83,9	3	0,1	3	0,1
Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez fez apenas uma refeição ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?	272	13,6	1729	86,3	1	0,0	2	0,1

Nota: 16 não responderam ou 10 não souberam responder. Fonte: Dados da Pesquisa.

O gráfico 3 mostra as percepções de segurança e insegurança alimentar existentes nos domicílios, no período entre agosto e dezembro de 2020. Assim, 40,6% dos domicílios entrevistados estão em situação de segurança alimentar, enquanto 59,4% estão em insegurança alimentar.

Gráfico 3

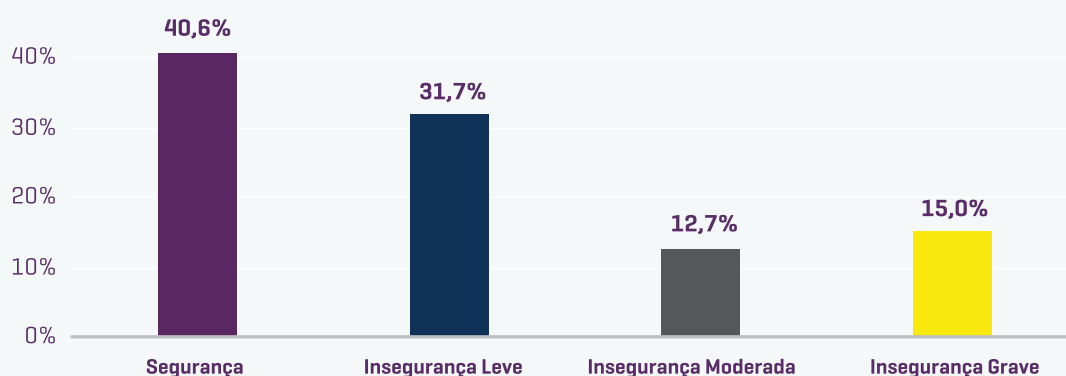
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, 2020



Nota: 16 não responderam; 10 não souberam informar questões de segurança alimentar. Fonte: Dados da Pesquisa.

Quando analisados os três níveis de insegurança alimentar percebe-se que 31,7% dos domicílios entrevistados estão em insegurança alimentar leve, 12,7% moderada e 15,0% grave. Os resultados indicam uma alta frequência de insegurança alimentar entre as/os entrevistadas/os. A pesquisa mais recente de cálculo da EBIA, a POF 2017-2018 [Ibge, 2020], feita pelo IBGE e que utiliza as 14 perguntas da escala, demonstrou uma tendência de queda da segurança e aumento da insegurança alimentar no país quando comparada com dados anteriores, de 2013, da PNAD. Os dados aqui apresentados, resguardadas as diferenças metodológicas entre as pesquisas, apontam para um grave quadro de [in]segurança alimentar no Brasil em tempos de pandemia [Gráfico 4].

Gráfico 4
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, 2020



Nota: 16 não responderam; 10 não souberam informar questões de segurança alimentar. Fonte: Dados da Pesquisa.

4.1 Segurança alimentar nas grandes regiões do Brasil

As desigualdades quanto às situações de segurança alimentar são reforçadas quando analisamos as cinco macrorregiões brasileiras. É possível atestar, por meio do gráfico 3, as seguintes proporções de segurança alimentar nos domicílios situados nas cinco grandes regiões do Brasil: Sul 48,4%, Sudeste 46,5%, Centro-oeste 45,4%, Norte 32,3% e Nordeste 26,9%. Isso significa que enquanto as regiões Nordeste e Norte apresentam proporções de segurança alimentar inferior ao percentual nacional (40,6%) nacional, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm taxa de segurança alimentar superior com relação a este mesmo dado (conforme o gráfico 5). Mais uma vez, as desigualdades entre as regiões se expressam quando se avaliam os graus de insegurança alimentar grave. As proporções mais altas de insegurança alimentar grave ocorreram nas regiões Norte 29,2% e Nordeste 22,1%, estando acima do percentual nacional, enquanto as proporções de insegurança alimentar grave ficam abaixo da nacional (15,0%) nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

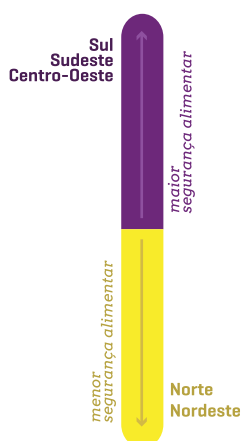
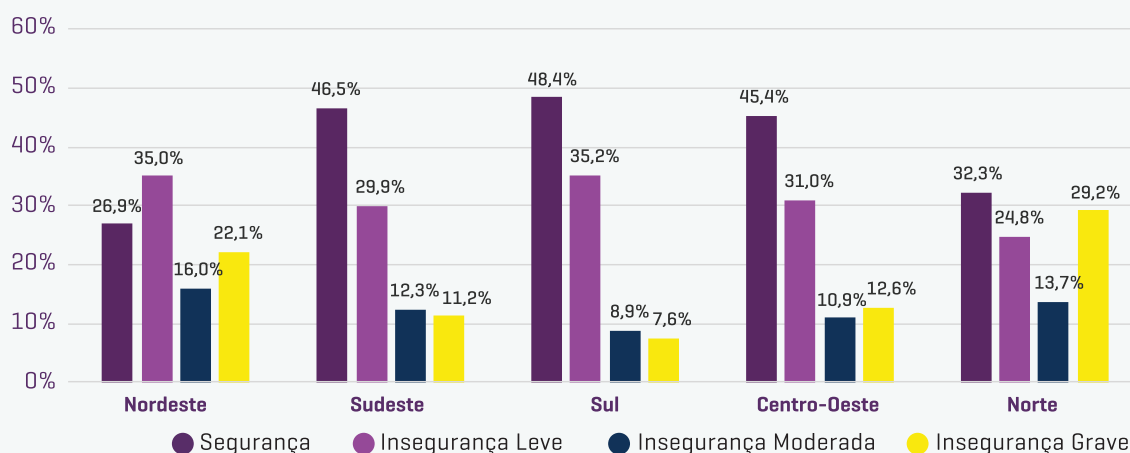


Gráfico 5
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios entrevistados conforme as macrorregiões do país, 2020



Nota: 16 não responderam; 10 não souberam informar questões de segurança alimentar. Fonte: Dados da Pesquisa.

4.2 Situação territorial do domicílio

Para verificar a situação territorial do domicílio, partimos das afirmações das/os entrevistadas/os sobre onde viviam no momento da pesquisa: se em área urbana, em área rural ou em área rural e urbana [simultaneamente]. Dessa forma, privilegiamos a percepção das pessoas pesquisadas sobre sua situação territorial domiciliar.

A categoria “vive em área rural e urbana” foi utilizada como um recurso para captar os variados arranjos de ocupação do território, de acordo com a percepção das/os entrevistadas/os, permitindo analisar as relações entre o rural e urbano para além dos marcos legais. Assim, pode abarcar variadas situações que incluem, por exemplo: localidades tidas como urbanas, pelas delimitações legais, mas que reúnem características rurais ou mesmo combina traços rurais e urbanos, simultaneamente; e realidades de residentes de domicílios que dividem o tempo de vida e trabalho entre mais de um domicílio, que podem estar situados em perímetros urbano e rural. Esta forma de perguntar sobre a situação do domicílio foi experimentada em pesquisa nacional com ativistas da Marcha das Margaridas em 2019, coordenada pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça [Teixeira *et. al.*, 2021] e também na pesquisa com as ativistas da Marcha das Margaridas 2011, realizada pelo IPEA (2013), apresentando qualidade na aplicação e resultados.



A percepção da segurança alimentar foi mais frequente entre os que afirmaram viver em áreas urbanas, alcançando 44,3% dos domicílios entrevistados. Já entre os que vivem em área rural e urbana, a segurança alimentar foi menos frequente, chegando a 30,2%, sendo este número ainda menor entre os domicílios inseridos em áreas consideradas exclusivamente rurais, 24,8% das ocorrências [Tabela 6].

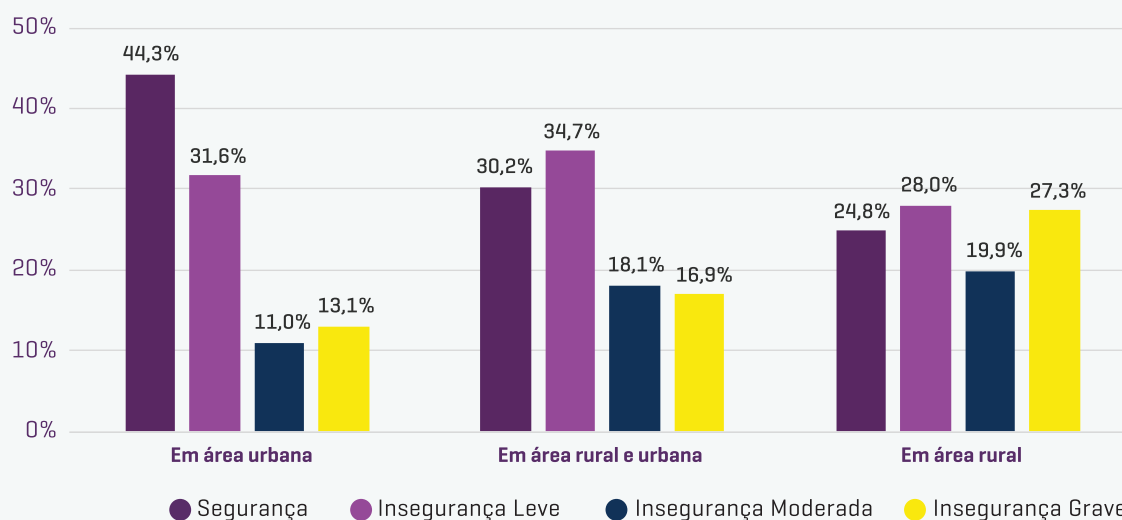
Tabela 6
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme a situação territorial do domicílio, 2020

	Segurança alimentar		Insegurança alimentar leve		Insegurança alimentar moderada		Insegurança alimentar grave		Total	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Em área urbana	686	44,3	490	31,6	170	11,0	203	13,1	1549	78,3
Em área rural e urbana	75	30,2	86	34,7	45	18,1	42	16,9	248	12,5
Em área rural	40	24,8	45	28,0	32	19,9	44	27,3	161	8,1
NS	2	14,3	4	28,6	4	28,6	4	28,6	14	0,7
NR	1	16,7	2	33,3	0	0,0	3	50,0	6	0,3
	804		627		251		296		1978	100,0

Nota: 16 não responderam ou 10 não souberam informar questões de segurança alimentar. Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota-se, por meio do gráfico 6, que a classificação de insegurança alimentar apresenta maior frequência nos domicílios rurais, especialmente nos níveis moderado [19,9%] e grave [27,3%]. A situação é intermediária nos casos dos domicílios situados em áreas rurais e urbanas, com a insegurança alimentar moderada de 18,1% e grave de 16,9%. Merece destaque o fato de a frequência de insegurança alimentar leve ser particularmente alta nos domicílios urbanos - 31,6%, com proporção relativamente próxima ao valor encontrado nas outras duas categorias - rural e urbana [34,7%] e rural [28,0%].

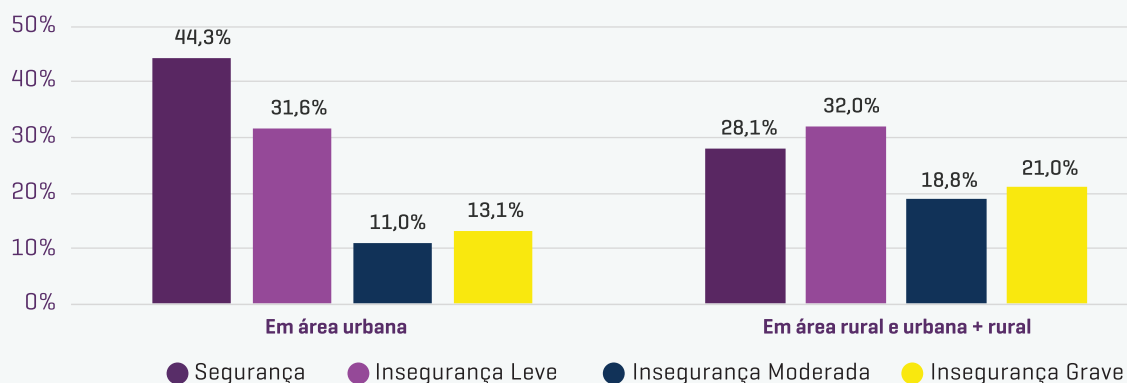
Gráfico 6
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios entrevistados, conforme a situação territorial do domicílio, 2020



Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de segurança alimentar; 06 não responderam e 14 não souberam informar situação territorial do domicílio. Fonte: Dados da Pesquisa. Teste qui-quadrado valor $p < 0,05$

No gráfico 7, agregaram-se os domicílios em áreas rurais e em áreas rurais e urbanas, uma vez que são nestas duas situações domiciliares que a insegurança alimentar alcança patamares mais altos. Além disso, a pesquisa considerou esses dois universos como rurais para cumprir a cota de domicílios rurais da amostra.

Gráfico 7
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme a situação territorial do domicílio, 2020



Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de segurança alimentar; 06 não responderam e 14 não souberam informar situação territorial do domicílio. Fonte: Dados da Pesquisa.

A maneira como se caracteriza o rural no Brasil é tema de controvérsias acadêmicas e políticas. Estudos como os de Valadares [2014] e de Medeiros, Quintans e Zimmermann [2014] problematizam a caracterização convencional do rural, tal como feita pelo IBGE, e ampliam as possibilidades de análise destas categorias a partir de outros critérios. De acordo com Valadares [2010], a partir do Censo 2010 é possível verificar que parte significativa da população rural brasileira, 43%, vive em municípios de até 20 mil habitantes. Estes representam 70% do total de municípios no Brasil.

A presente amostra contabiliza que 161, ou 8,1%, das/os entrevistadas/os vivem em municípios com até 20 mil habitantes, sendo os demais 1817, ou 91,9%, residentes em municípios com mais de 20 mil habitantes. O gráfico 8 apresenta a situação de segurança alimentar nestes dois perfis de municípios. Os dados convergem com aqueles embasados nas diferenças entre urbano e rural, sendo possível observar que a proporção de segurança alimentar é menor nos municípios com até 20 mil habitantes [34,2%] quando comparada com municípios com mais de 20 mil habitantes [41,2%].

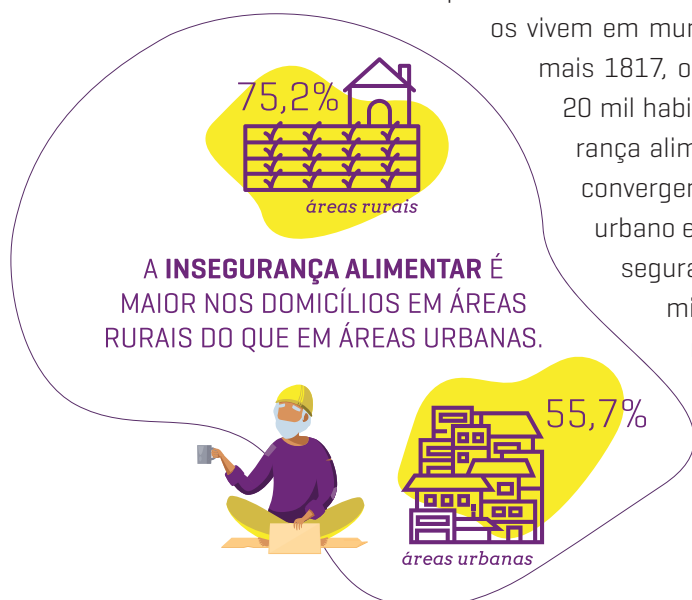
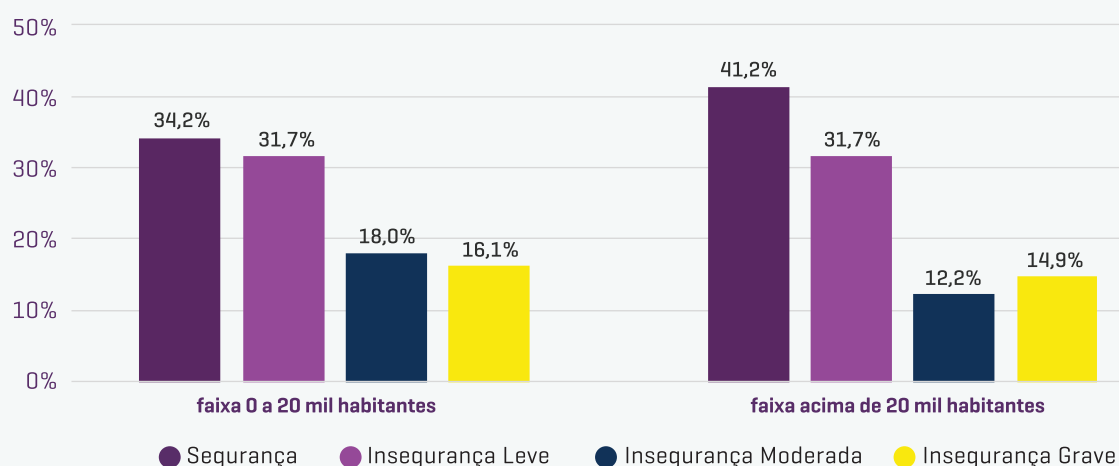


Gráfico 8
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios dos/as entrevistadas/os, nos municípios por número de habitantes, 2020



Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de insegurança alimentar. Fonte: Dados da Pesquisa.

4.3 Responsáveis pelo domicílio

Nesta pesquisa, as perguntas sobre quem eram os responsáveis pelo domicílio permitia à/ao entrevistada/o a possibilidade de afirmar se uma ou duas pessoas assumem esta atribuição. A adoção deste recurso, pouco usual em pesquisas nacionais, procurou abrir possibilidades de captar contextos que marcam arranjos domiciliares com mais de um/a responsável, de acordo com a classificação da/o entrevistada/o.

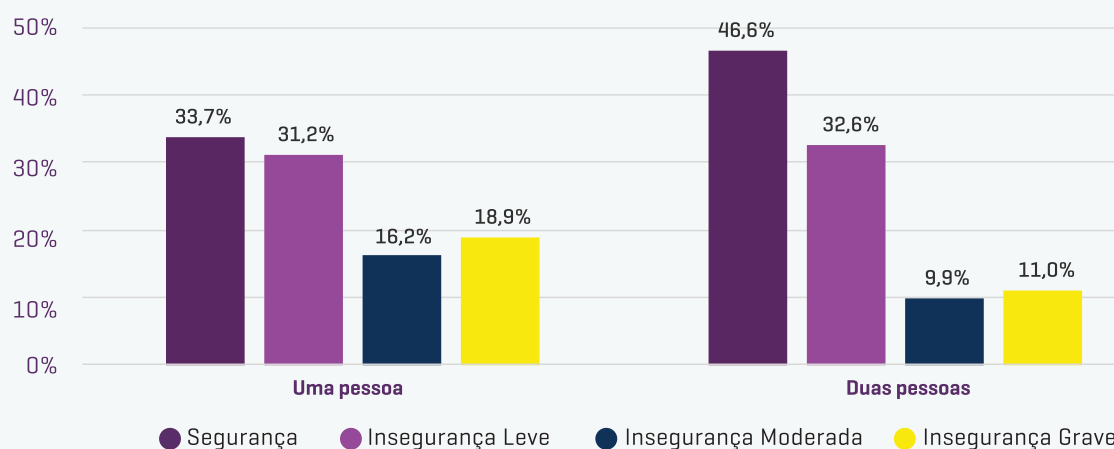
Ao todo, 49,0% das/os entrevistadas/os afirmaram viver em domicílios que contam com uma única pessoa responsável, enquanto 42,0% contam com duas pessoas compartilhando a responsabilidade pelo domicílio. 9,0% não responderam ou não sabiam esta pergunta. Com base nestes dados não é possível inferir que tais responsáveis tenham algum tipo de relação conjugal ou afetiva, sendo possível uma variedade de arranjos domiciliares que extrapolam esta convenção.

O gráfico 9 mostra a situação de segurança alimentar conforme o número de responsáveis pelo domicílio. Verifica-se que em situações nas quais há duas pessoas responsáveis pelo domicílio, a segurança alimentar é de 46,6%, enquanto nos domicílios com única/o responsável, o percentual é de 33,7%.



Gráfico 9

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme número de pessoas responsáveis pelo domicílio, 2020



Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de segurança alimentar; 172 não responderam e 7 não souberam informar questões sobre os responsáveis pelo domicílio. Fonte: Dados da Pesquisa.

A tabela 7 apresenta a situação de segurança alimentar nos domicílios com um responsável, conforme o sexo declarado pelas/os próprias/os entrevistadas/os. Vê-se, em geral, que a frequência de responsáveis pelo domicílio declarados como do sexo masculino é maior, totalizando 527 ou 54,3% da amostra, enquanto as responsáveis do sexo feminino representam 443 ou 45,7%.

Tabela 7

Domicílios com única/o responsável conforme sexo da pessoa responsável

	Total	
	Qtd	(%)
Masculino	527	54,3
Feminino	443	45,7
	970	100

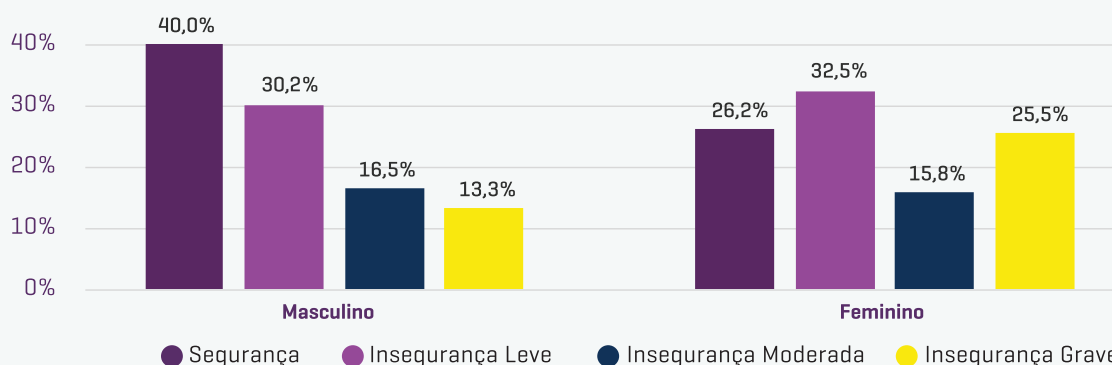
Fonte: Dados da Pesquisa.



O gráfico 10 detalha os percentuais de segurança e insegurança alimentar, em seus três níveis, entre os domicílios com único responsável organizados por sexo. A segurança alimentar é mais frequente nos domicílios que contam com um único responsável do sexo masculino [40,0%], do que nos de mulheres como única responsável [26,2%]. A insegurança alimentar grave nos domicílios chefiados por mulheres [25,5%] é o dobro daquela encontrada nos chefiados por homens [13,3 %].

Gráfico 10

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme sexo da pessoa responsável pelo domicílio, em casos de único responsável, 2020

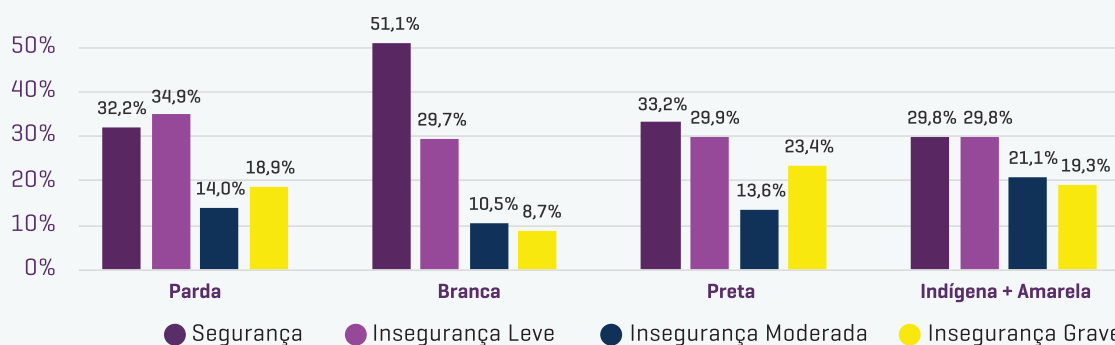


Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de segurança alimentar; 172 não responderam e 7 não souberam informar questões sobre os responsáveis pelo domicílio. Fonte: Dados da Pesquisa.

Quando feito o recorte de raça ou cor, entre os domicílios com um único responsável, identifica-se que a segurança alimentar é mais frequente entre os que têm por responsável pessoa de raça ou cor branca [51,1%], sendo menor a ocorrência de segurança alimentar quando este responsável é de raça ou cor preta [33,2%] e parda [32,2%]. Devido ao baixo número de pessoas que declararam os responsáveis do domicílio como de raça ou cor indígena [1 pessoa] e amarela [5 pessoas], optou-se por juntar estas ocorrências. Assim, a segurança alimentar neste estrato foi de 29,8%. Em se tratando da situação de insegurança alimentar grave, ela alcança os percentuais de 23,4% entre domicílios cujos responsáveis são pessoas pretas e 18,9% nos domicílios cujos responsáveis são da raça ou cor parda [Gráfico 11].

Gráfico 11

Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme raça ou cor da pessoa responsável pelo domicílio, em casos de único responsável, 2020

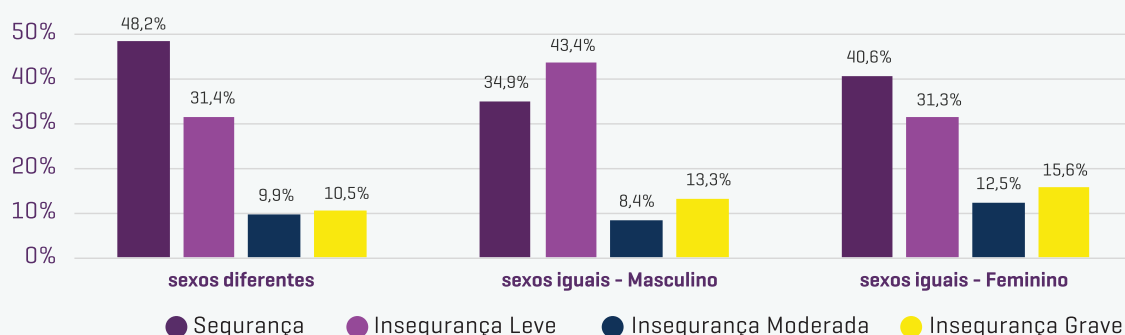


Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de segurança alimentar; 172 não responderam e 7 não souberam informar questões sobre os responsáveis pelo domicílio; 23 não responderam e 9 não souberam informar questões de raça ou cor dos responsáveis. Fonte: Dados da Pesquisa.

Os dados seguintes tratam da situação de segurança alimentar em contextos em que duas pessoas compartilham a responsabilidade pelo domicílio, segundo sexo e raça ou cor. Este universo corresponde a 829 domicílios entrevistados.

O gráfico 12 demonstra que o maior percentual de segurança alimentar ocorre entre domicílios que têm como responsáveis duas pessoas de sexos diferentes, chegando a 48,2%. Na sequência, aparecem os domicílios cujas responsáveis são do sexo feminino, 40,6%, seguidos dos que têm por responsáveis pessoas do sexo masculino, com 34,9%.

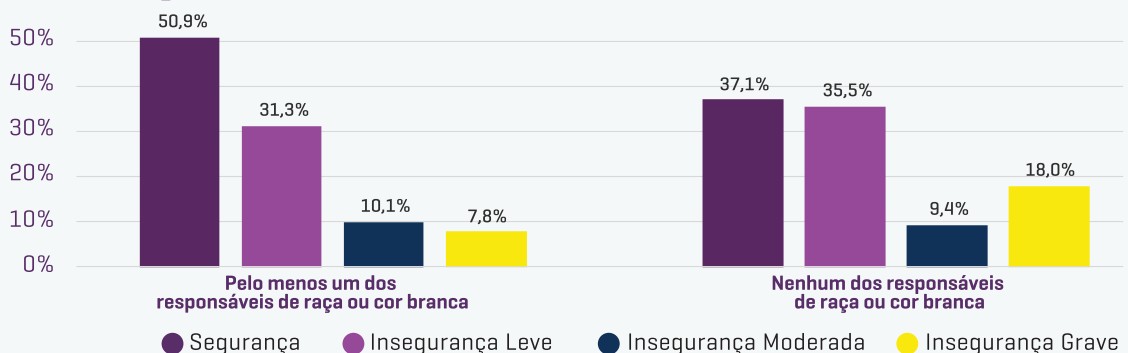
Gráfico 12
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme sexo das pessoas responsáveis pelo domicílio, em casos de dois responsáveis, 2020



Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de segurança alimentar; 172 não responderam e 7 não souberam informar questões sobre os responsáveis pelo domicílio. Fonte: Dados da Pesquisa.

Domicílios com pelo menos um dos responsáveis de raça ou cor branca apresentam maior frequência de segurança alimentar [50,9%] do que domicílios com nenhum dos responsáveis de raça ou cor branca [37,1%]. Além disso, o valor da insegurança alimentar grave é superior nos domicílios cujos responsáveis não são da raça ou cor branca [18,0%].

Gráfico 13
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme raça ou cor das pessoas responsáveis pelo domicílio, em casos de dois responsáveis, 2020

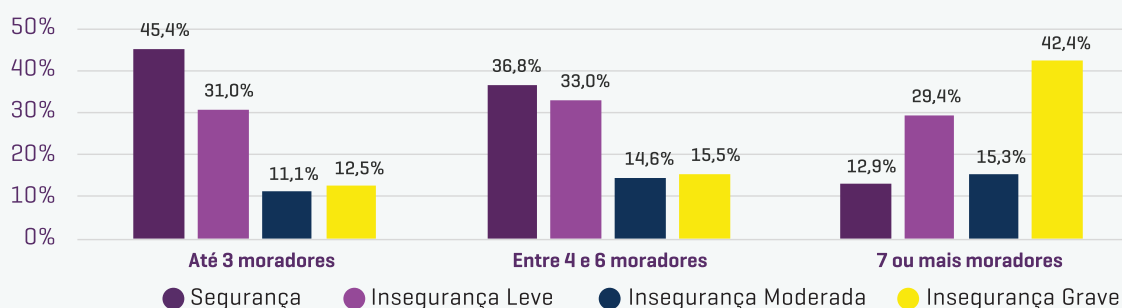


Nota: 6 não responderam e 10 não souberam questões de segurança alimentar; 172 não responderam e 7 não souberam informar questões sobre os responsáveis pelo domicílio; 23 não responderam e 9 não souberam informar questões de raça ou cor dos responsáveis. Fonte: Dados da Pesquisa. Teste qui-quadrado valor $p < 0,05$.

4.4 Moradoras/es do domicílio

Em relação à análise da segurança alimentar conforme o número de moradores por domicílio, identifica-se que a segurança alimentar é mais frequente entre os que contam com menor número de ocupantes, chegando a 45,4% entre os que possuem até 3 moradores e a 36,8% dos ocupados por 4 a 6 moradores. O número de residências que afirmaram contar com 7 ou mais moradores totaliza 85 domicílios. Deste total, apenas 12,9% estão em situação de segurança alimentar, sendo a ocorrência de insegurança alimentar grave de 42,4% [Gráfico 14].

Gráfico 14
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme quantidade de moradores no domicílio, 2020

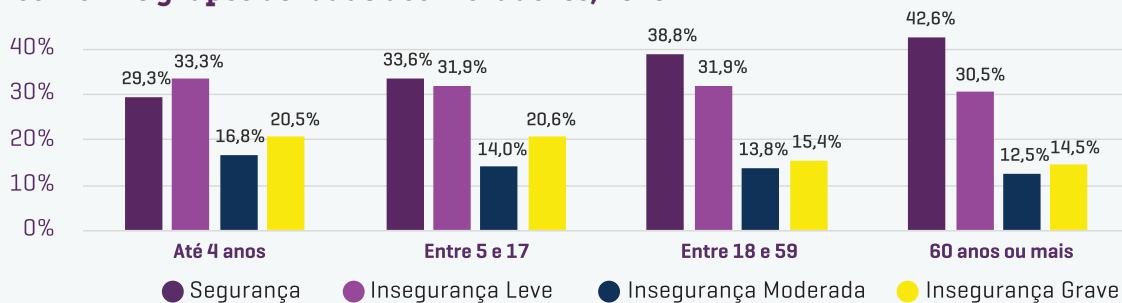


Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de insegurança alimentar; 2 não responderam e 2 não souberam informar a quantidade de moradores no domicílio. Fonte: Dados da Pesquisa.

Com relação aos grupos de idade presentes nos domicílios, é possível afirmar que os domicílios integrados por moradores de 60 anos ou mais de idade registram a maior frequência de segurança alimentar [42,6%]. Em seguida, as melhores proporções de segurança alimentar são identificadas nos domicílios com jovens e adultos de idade entre 18 a 59 anos, com 38,8%. As piores proporções são encontradas nas residências com crianças de até 4 anos, 29,3%, seguido por residências com crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, com 33,6%.

A insegurança alimentar grave foi maior nos domicílios com crianças até 4 anos [20,5%] e com crianças e adolescentes de 5 a 17 anos [20,6%] quando comparado ao grupo de residências com moradoras/es na faixa etária entre 18 a 59 anos [15,4%] e de 60 anos ou mais [14,5%] [Gráfico 15].

Gráfico 15
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios entrevistados, conforme grupos de idade dos moradores, 2020



Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de insegurança alimentar; 2 não responderam e 2 não souberam informar a quantidade de moradores no domicílio. Fonte: Dados da Pesquisa. Teste qui-quadrado valor $p < 0,05$.

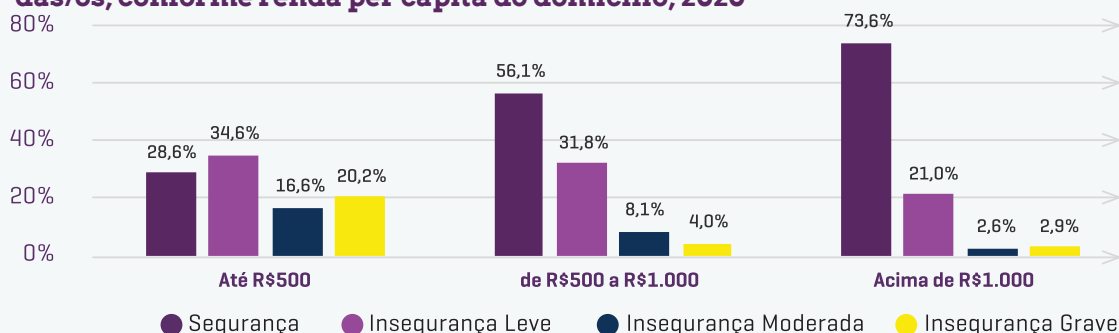
4.5 Renda per capita

A situação de insegurança alimentar resulta da combinação de fatores multidimensionais que restringem as condições de acesso a alimentos saudáveis e em quantidade e qualidade suficientes. Embora os aspectos de ordem econômica, isoladamente, não sejam suficientes para explicar o fenômeno, as condições de vida marcadas por menor renda per capita e piores ocupações de trabalho são determinantes importantes para o maior risco de insegurança alimentar nos domicílios brasileiros [Aires et al., 2012; Kac et al., 2012; Interlenghi; Salles-Costa, 2014; Fao, 2017; Araújo et al., 2020].

Com isso, a seguir, serão feitas análises para compreender a percepção sobre os efeitos da renda, em relação à situação da segurança alimentar entre os domicílios entrevistados.

O gráfico 16 revela os efeitos da renda per capita sobre a situação de segurança alimentar. Observa-se que quanto maior a renda per capita do domicílio, maior a segurança alimentar. Domicílios com uma renda per capita a partir de R\$1.000,00 (um pouco menos de um salário-mínimo), que totalizam 348 ou 18,7% da amostra, apresentam uma situação de segurança alimentar de 73,6%, com um nível de insegurança moderada [2,6%] e grave [2,9%] baixos. Já os 1286 domicílios (ou 69,3% do total da amostra) que contam com renda per capita de até R\$500,00, apresentam uma proporção de segurança alimentar de 28,6%, com uma proporção de insegurança alimentar grave de 20,2%.

Gráfico 16
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme renda per capita do domicílio, 2020



Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de insegurança alimentar; 2 não responderam e 2 não souberam informar a quantidade de moradores no domicílio; 64 não responderam e 53 não souberam informar sobre a renda. Fonte: Dados da Pesquisa.



Os dados a seguir apresentam a situação de segurança alimentar em relação à variação da renda dos domicílios no período da pandemia. A tabela 8 expõe o percentual das/os entrevistadas/os que afirmaram ter percebido aumento, diminuição ou nenhuma alteração na renda do domicílio desde que começou a pandemia. Os resultados indicam que 45,4% das/os entrevistadas/os afirmaram ter uma redução da renda.

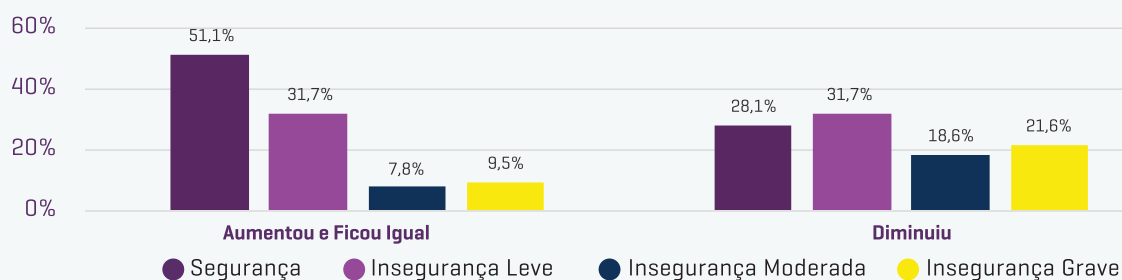
Tabela 8
Alteração da renda durante a pandemia nos domicílios das/os entrevistadas/os respondentes das 8 questões da EBIA, 2020

	Qtd.	%
Aumentou	195	9,9
Ficou igual	884	44,7
Diminuiu	899	45,4
	1978	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os domicílios que sofreram a diminuição da renda registraram o percentual mais baixo de segurança alimentar, 28,1%, e os mais altos de insegurança alimentar moderada, 18,6%, e grave, 21,6%. Os domicílios que não sofreram alteração da renda ou que tiveram um aumento da renda apresentaram uma taxa de segurança alimentar de 51,1%, de insegurança alimentar moderada, 7,8%, e grave, 9,5% [Gráfico 17].

Gráfico 17
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme percepção da variação da renda no domicílio, 2020



Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de insegurança alimentar; 3 não responderam e 13 não souberam questões sobre a percepção da variação da renda. Fonte: Dados da Pesquisa.

4.6 Auxílio Emergencial e outros benefícios

Segundo Carvalho (2020) as análises da PNAD-Covid (3º trimestre) demonstram que 6% dos domicílios (cerca de 4,1 milhões) sobreviveram apenas com os rendimentos recebidos do Auxílio Emergencial. A proporção de domicílios exclusivamente dependentes do Auxílio foi significativamente maior no Nordeste, ultrapassando os 12% no Piauí, na Bahia e no Maranhão [Carvalho, 2020].

Com base nos dados trimestrais da PNAD-Covid, análises feitas pela economista Lena Lavinas¹⁵ demonstram o significativo impacto sobre a composição da renda dos domicílios brasileiros decorrente da redução, pela metade, do valor do Auxílio Emergencial, em setembro de 2020: em maio de 2020, o Auxílio Emergencial representava em média 10% da renda dos domicílios entrevistados, tendo uma queda, em novembro/2020, que o levou ao patamar de 6,1%; já entre os domicílios mais pobres, o auxílio emergencial mostrou-se mais relevante na composição da renda domiciliar, mesmo depois da diminuição do seu valor pela metade, alcançando os 32%, em maio, e 20,6%, em novembro/2020.

Considerando a importância do Auxílio Emergencial para a composição da renda domiciliar no período da pandemia no Brasil, são apresentadas a seguir análises sobre a influência do Auxílio Emergencial na segurança alimentar dos domicílios. Do total de 1978 pessoas que responderam as 8 questões da EBIA, 52% afirmaram que ao menos uma pessoa do domicílio recebeu alguma parcela do Auxílio Emergencial (Tabela 9).

Tabela 9
Domicílios que receberam ou não o auxílio emergencial e responderam às questões da EBIA, 2020

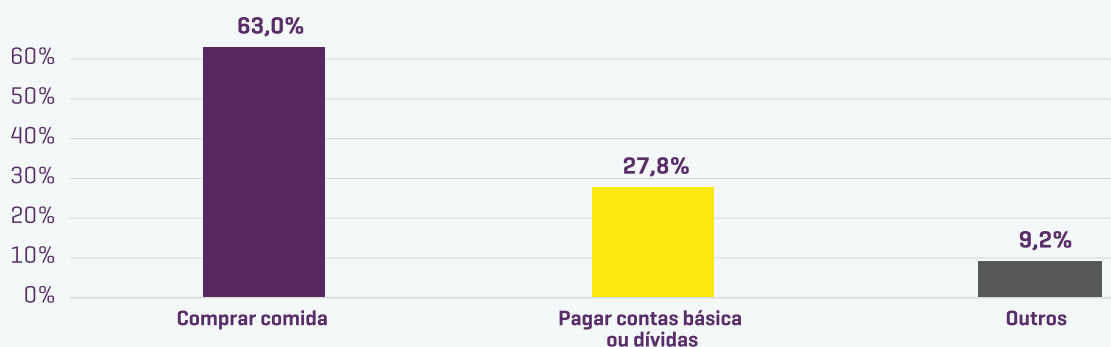
	Qtd.	%
Sim	1029	52
Não	943	48
	1972	100

Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de segurança alimentar; 6 não souberam informar questões sobre o Auxílio Emergencial. Fonte: Dados da Pesquisa.

Ao observar a utilização dos recursos do Auxílio Emergencial no domicílio, é possível perceber que 63,0% das/os entrevistadas/os utilizaram para comprar comida, seguido do pagamento de contas básicas e dívidas (27,8%) (Gráfico 18).

15 Dados apresentados durante o evento "Diálogos Brasil-Berlim - Trabalho, precariedade e agravamento das desigualdades sociais", promovido pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos (LAI) da Freie Universität Berlin em colaboração com: Fundação Friedrich Ebert (FES), Fundação Heinrich Böll (hbs), Fundação Rosa Luxemburg (RLS), Fórum América Latina (LAF), Centro de Pesquisa e Documentação Chile-América Latina/Iniciativa Brasil-Berlim (FDCL), MISEREOR, Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila), Global South Studies Center (GSSC) da Universität zu Köln. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1Fu1EwVQdCw&list=PL8e-dUKb9xRu0mnSb1Z8eFI_7eaj3l4cb&index=8&t=1359s. Acesso em: 03 de março de 2021.

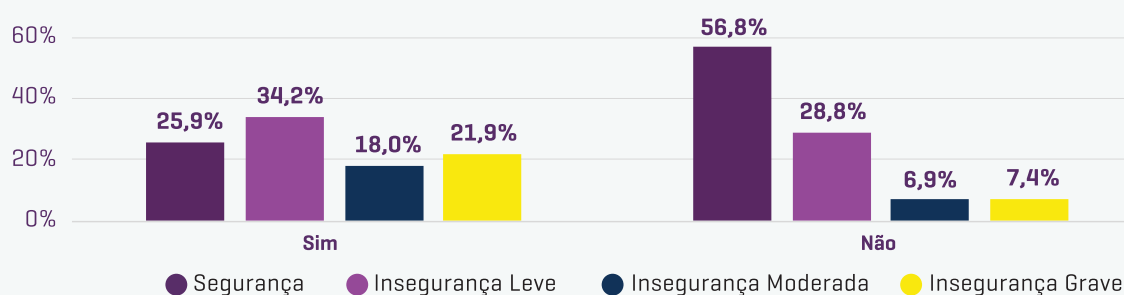
Gráfico 18
Formas de utilização da renda adquirida com o Auxílio Emergencial, 2020



Nota: 6 não souberam informar questões sobre o recebimento do Auxílio Emergencial; 4 não responderam e 18 não souberam informar questões sobre a utilização do Auxílio Emergencial. Fonte: Dados da Pesquisa.

No gráfico 19, vê-se que a situação de segurança alimentar é duas vezes maior nos domicílios que não receberam o Auxílio Emergencial quando comparados com os domicílios que receberam ao menos uma parcela. Por sua vez, a insegurança alimentar grave é três vezes maior nos domicílios que receberam pelo menos uma parcela do Auxílio Emergencial. É preciso levar em conta ao analisar este resultado que o Auxílio Emergencial se destinava às pessoas em situação de vulnerabilidade, no contexto da pandemia, sendo o nível de renda um critério condicionante. Portanto, pode-se inferir que mesmo havendo alta ocorrência de insegurança alimentar entre o grupo beneficiário do Auxílio Emergencial, esta situação poderia atingir patamares ainda mais graves caso não tivessem acesso a esta política.

Gráfico 19
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios das/os entrevistadas/os, conforme recebimento do Auxílio Emergencial por pelo menos um morador, 2020



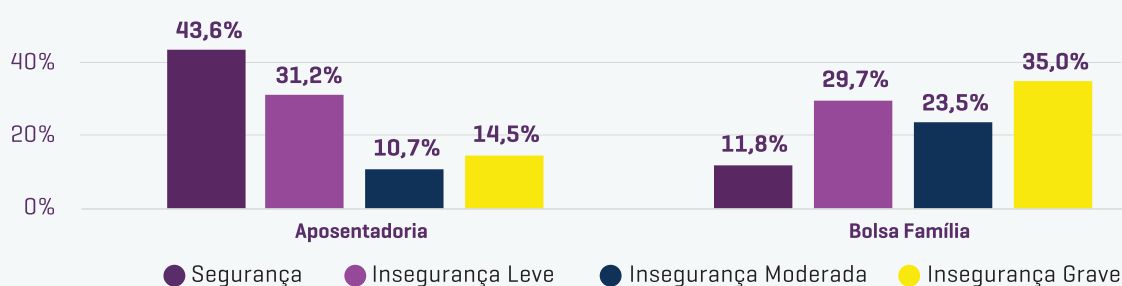
Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de insegurança alimentar; 6 não souberam questões sobre o recebimento do auxílio emergencial. Fonte: Dados da Pesquisa.

Os dados a seguir mostram a situação de segurança alimentar em relação ao recebimento de aposentadoria e Bolsa Família¹⁶. Este universo corresponde a 31,7% [635] dos domicílios entrevistados com recebimento de aposentadoria e 15,3% [306] beneficiados pelo Programa Bolsa Família.

16 Não era possível acumular o Auxílio Emergencial e o Bolsa Família. Em vez de acumular, o beneficiário ficava com o maior benefício, desde que cumprisse todas as regras definidas. O Bolsa Família voltou a ser pago após o término do pagamento do Auxílio. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/auxilio/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

Os domicílios que contavam com recursos de aposentadoria (uma política pública de maior alcance, de valores não inferiores a um salário-mínimo e que não está condicionada à situação de vulnerabilidade do beneficiário) vivenciam melhores níveis de segurança alimentar (43,6%) do que quem recebe auxílio emergencial (25,9%) e de quem recebe Bolsa Família (11,8%). Chama a atenção a proporção de insegurança alimentar moderada (23,5%) e grave (35,0%) entre os beneficiários do Bolsa Família, sendo percentuais bastante elevados [Gráfico 20].

Gráfico 20
Proporção da situação de segurança alimentar nos domicílios entrevistados, conforme recebimento de Aposentadoria e Bolsa Família por pelo menos um morador, 2020



Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de segurança alimentar; 2 não responderam questões sobre a aposentadoria; 2 não responderam e 4 não souberam questões sobre o recebimento do programa Bolsa Família. Fonte: Dados da Pesquisa.



Domicílios que contavam com os benefícios do Bolsa Família e do Auxílio Emergencial registraram maiores níveis de **insegurança alimentar** do que os que recebiam aposentadoria.



5 | Consumo de alimentos em tempo de pandemia

Um dos temas mais debatidos e importantes na atualidade são as mudanças no perfil alimentar mundial e suas consequências para a saúde. Alguns estudos no Brasil têm demonstrado comprometimento do consumo de alimentos saudáveis em lares com algum grau de insegurança alimentar (Panigassi et al., 2008; Araújo et al., 2018), além de um perfil mais monótono na alimentação, o que afeta sobremaneira a qualidade da alimentação, tendo impacto na saúde dos indivíduos e contribuindo para o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis (Jaime et al., 2015; Anand et al., 2015; Nguyen et al., 2016). Uma das consequências da pandemia foi comprometer a oferta e demanda de alimentos. O poder de compra foi reduzido, bem como a capacidade de produzir e distribuir os alimentos. (Alpino et al., 2020).

Os resultados apresentados ao longo dessa seção trazem informações referentes ao comportamento das/os entrevistadas/os sobre o consumo alimentar. O consumo de alimentos foi avaliado pela frequência de alimentos saudáveis consumidos [alimentos in natura e minimamente processados], considerados marcadores de padrões de alimentação saudável. Da mesma forma, foram classificados o consumo de alimentos não saudáveis [alimentos ultraprocessados], considerados marcadores de padrões de alimentação não saudáveis (MS, 2014; MS, 2020). Foram considerados alimentos saudáveis: frutas; hortaliças e/ou legumes; tubérculos e/ou raízes; cereais e/ou leguminosas; ovo; leite; carnes, aves ou peixes; queijos e/ou iogurtes. Quanto aos alimentos não saudáveis foi adotado: massas e/ou panificados; foram considerados nos gráficos como o grupo dos alimentos industrializados [refrigerantes, achocolatados, biscoitos, salgadinhos e/ou macarrão instantâneo]; e doces.

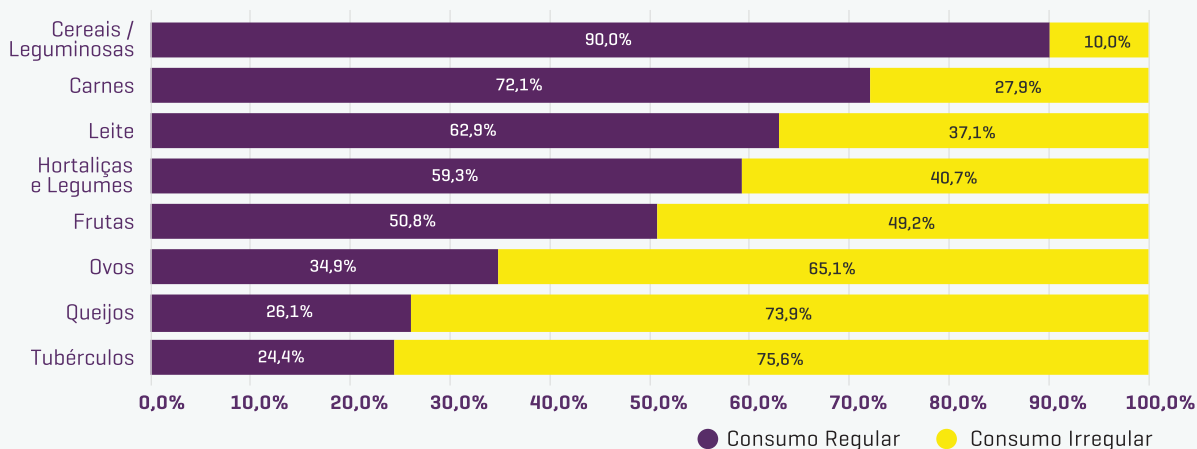
Para o consumo regular de alimentos saudáveis e dos não saudáveis foi considerado o número de entrevistadas/os que consomem em 5 ou mais dias da semana por número de entrevistadas/os. Por consumo irregular considerou-se a somatória de entrevistadas/os que consomem de 1 a 4 vezes na semana e nunca ou raramente por número de entrevistadas/os. Essa classificação foi inspirada nos indicadores de avaliação de consumo alimentar adotado pelo sistema de vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico, Vigitel (MS, 2020).

As/os entrevistadas/os foram perguntadas/os se houve aumento, diminuição ou ausência de alteração no consumo dos alimentos saudáveis e não saudáveis antes e depois da pandemia. O gráfico 21 demonstra o consumo alimentar das/os entrevistadas/os antes da pandemia. O grupo de cereais e leguminosas apresenta a



maior frequência de consumo regular de alimentos saudáveis [90,0%], seguido do grupo das carnes [72,1%] e do grupo do leite [62,9%]. O menor consumo regular de alimentos saudáveis foi no grupo de tubérculos [24,4%]. Vale destacar a importância da maioria das/os entrevistadas/os ter apresentado relato de consumo regular de cereais e leguminosas, grupo de alimentos tão presentes na cultura alimentar brasileira. Por outro lado, 49,2% das/os entrevistadas/os apresentavam consumo irregular de frutas e 40,7% de hortaliças e legumes, grupos alimentares considerados importantes marcadores de alimentação saudável.

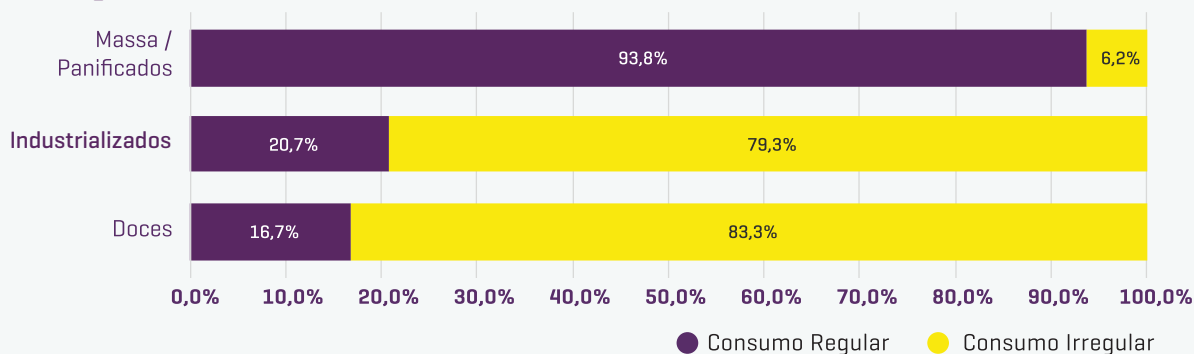
Gráfico 21
Proporção do consumo de alimentos saudáveis por adultos antes da pandemia, 2020



Nota: Cereais/Leguminosas: 8 não souberam informar; carnes: 2 não responderam e 10 não souberam informar; leite: 6 não responderam e 29 não souberam informar; hortaliças e legumes: 4 não responderam e 14 não souberam informar; frutas: 6 não responderam e 15 não souberam informar; ovos: 6 não responderam e 16 não souberam informar; queijos: 3 não responderam e 34 não souberam informar, e tubérculos: 4 não responderam e 20 não souberam informar. Fonte: Dados da Pesquisa.

Quanto ao consumo de alimentos considerados não saudáveis antes da pandemia, o gráfico 22 apresenta o grupo de massas e panificados com a maior frequência de consumo regular [93,8%] e o grupo dos doces com a menor frequência [16,7%] [Gráfico 22].

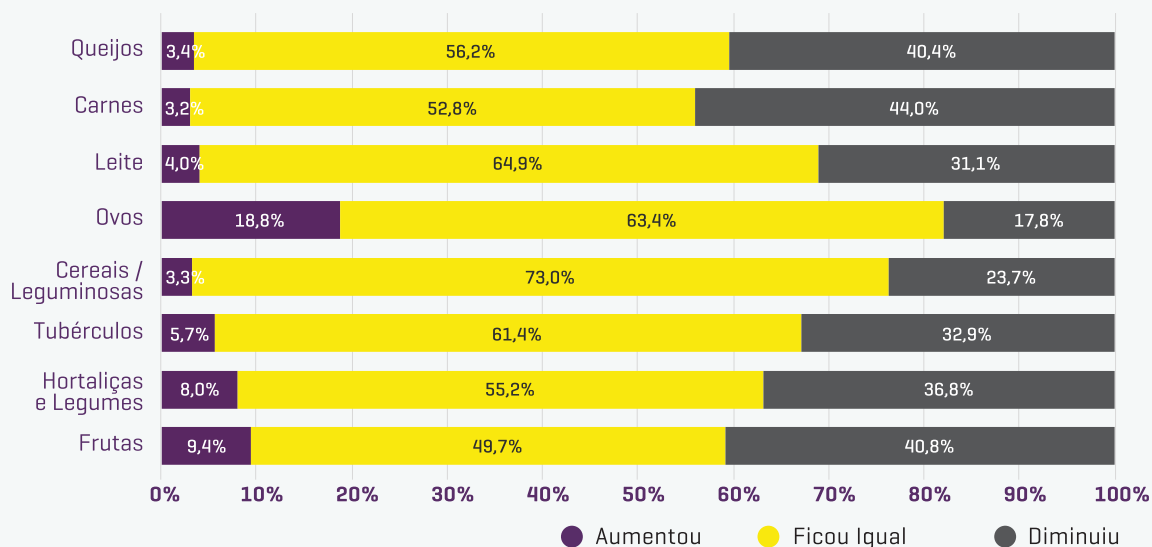
Gráfico 22
Proporção do consumo de alimentos não saudáveis por adultos antes da pandemia, 2020



Nota: Massas/panificados: 2 não responderam e 21 não souberam informar; industrializados: 2 não responderam e 54 não souberam informar, e doces: 3 não responderam e 48 não souberam informar. Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação às alterações no consumo de alimentos saudáveis durante a pandemia, o gráfico 23 apresenta o grupo das carnes com a maior frequência de redução [44,0%], seguido dos seguintes grupos: frutas [40,8%], queijos [40,4%] e hortaliças e legumes [36,8%]. Vale destacar que o grupo dos ovos foi, de todos os alimentos, o que sofreu menor frequência de redução [17,8%] e maior frequência de aumento no consumo [18,8%]. Considera-se que o aumento no consumo de ovos pode indicar a substituição do consumo de carne. Quanto à manutenção no consumo, o grupo dos cereais e leguminosas apresentou a maior frequência [73,0%].

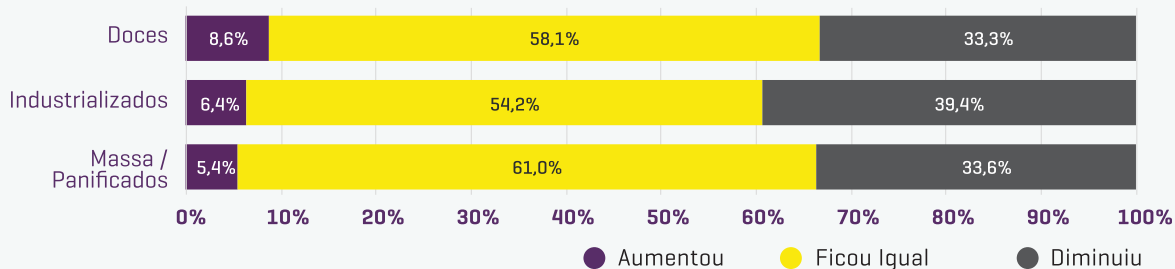
Gráfico 23
Proporção da alteração no consumo de alimentos saudáveis por adultos durante a pandemia, 2020



Nota: Queijos: 1 não respondeu e 27 não souberam informar; carnes: 1 não respondeu e 3 não souberam informar; leite: 3 não responderam e 18 não souberam informar; ovos: 7 não responderam e 2 não souberam informar; cereais/leguminosas: 2 não responderam e 3 não souberam informar; tubérculos: 10 não souberam informar; hortaliças e legumes: 1 não respondeu e 6 não souberam informar, e frutas: 2 não responderam e 12 não souberam informar. Fonte: Dados da Pesquisa.

No que se refere ao consumo de alimentos não saudáveis durante a pandemia, o Gráfico 24 apresenta o grupo dos doces com a maior frequência de aumento no consumo [8,6%], e o grupo das massas/panificados como o de menor aumento [5,4%]. Para todos os grupos de alimentos não-saudáveis, a maioria das/os entrevistadas/os relataram não terem alterado o consumo desses alimentos.

Gráfico 24
Proporção da alteração no consumo de alimentos não saudáveis por adultos durante a pandemia, 2020



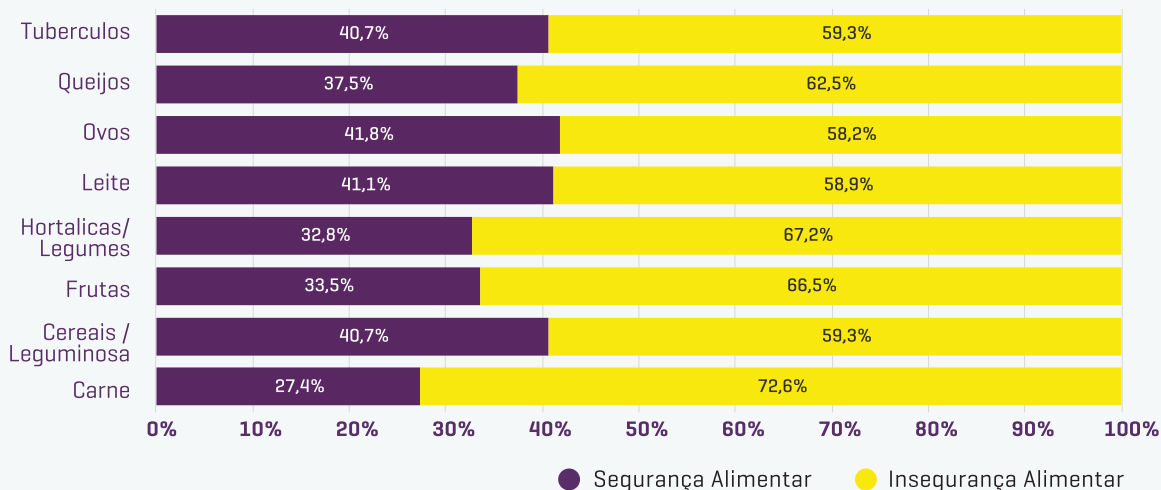
Nota: Doces: 1 não respondeu e 34 não souberam informar; industrializados: 55 não souberam informar e massas/panificados: 1 não respondeu e 11 não souberam informar. Fonte: Dados da Pesquisa.

5.1 Relação entre consumo de alimentos e situação de segurança alimentar

Para avaliar a relação entre segurança alimentar e consumo dos alimentos, analisaram-se os dados sobre a frequência do consumo de alimentos pelas/os entrevistadas/os, antes e durante a pandemia, considerando a situação de segurança e insegurança alimentar dos domicílios (sendo IA medida pela somatória dos percentuais de insegurança alimentar leve, moderada e grave).

No gráfico 25, analisam-se os padrões de consumo de alimentos saudáveis das/dos entrevistadas/dos antes da pandemia de acordo com as situações de segurança alimentar dos seus respectivos domicílios. A maior frequência de consumo irregular entre residências em situação de insegurança alimentar ocorre nos grupos das carnes (72,6%), das hortaliças e legumes (67,2%) e das frutas (66,5%).

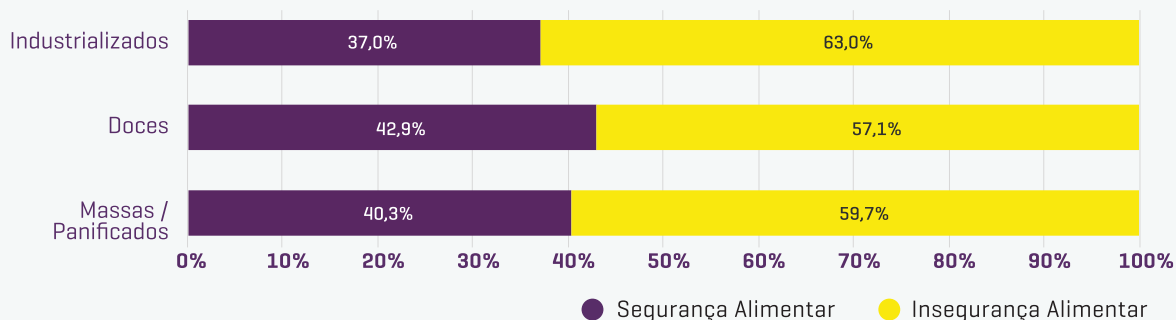
Gráfico 25
Proporção do consumo irregular de alimentos saudáveis antes da pandemia por adultos segundo a situação de segurança alimentar, 2020



Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de insegurança alimentar; Cereais/Leguminosas: 8 não souberam informar; carnes: 2 não responderam e 10 não souberam informar; leite: 6 não responderam e 29 não souberam informar; hortaliças e legumes: 4 não responderam e 14 não souberam informar; frutas: 6 não responderam e 15 não souberam informar; ovos: 6 não responderam e 16 não souberam informar; queijos: 3 não responderam e 34 não souberam informar, e tubérculos: 4 não responderam e 20 não souberam informar. Fonte: Dados da Pesquisa.

O gráfico 26 demonstra o comportamento do consumo de alimentos não saudáveis das/dos entrevistadas/dos antes da pandemia em relação à situação de segurança alimentar dos seus respectivos domicílios. O consumo regular dos três grupos de alimentos avaliados foi maior entre os indivíduos residentes em domicílios em insegurança alimentar, sendo a frequência do consumo regular de alimentos industrializados a maior entre todas (63,0%). Este resultado reforça os efeitos deletérios sobre o perfil do consumo de alimentos, no que se refere à qualidade nutricional, entre os indivíduos classificados em insegurança alimentar.

Gráfico 26
Proporção do consumo regular de alimentos não saudáveis antes da pandemia por adultos segundo a situação de segurança alimentar, 2020



Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de insegurança alimentar; industrializados: 2 não responderam e 54 não souberam informar; doces: 3 não responderam e 48 não souberam informar, e massas/panificados: 2 não responderam e 21 não souberam informar. Fonte: Dados da Pesquisa.

A análise do comportamento de consumo de alimentos das/dos entrevistadas/dos durante a pandemia mostrou que houve uma redução de mais de 85% do consumo de alimentos saudáveis entre as/os entrevistadas/os residentes em domicílios em situação de insegurança alimentar. Esta redução foi significativamente menor entre as/os entrevistadas/os em situação de segurança alimentar, variando de 7 a 15% [Gráfico 27].

A redução do consumo de alimentos foi identificada para cada grupo de alimentos. A média de entrevistadas/os que relataram terem diminuído o consumo de qualquer dos grupos de alimentos após a pandemia foi de 666 pessoas [33,3% da amostra total da pesquisa]. O maior relato de redução de consumo de alimentos saudáveis entre pessoas em domicílios em situação de insegurança alimentar foi no grupo das carnes, com 43,9% ou 880 das/os entrevistadas/os. A menor redução no consumo de alimentos saudáveis ocorreu no grupo dos ovos, com 17,8% das/os entrevistadas/os relatando esse fenômeno [356 do total da amostra].

O gráfico 27 detalha a diminuição no consumo, por tipo de alimentos saudáveis, consideradas as situações de segurança e insegurança alimentar.

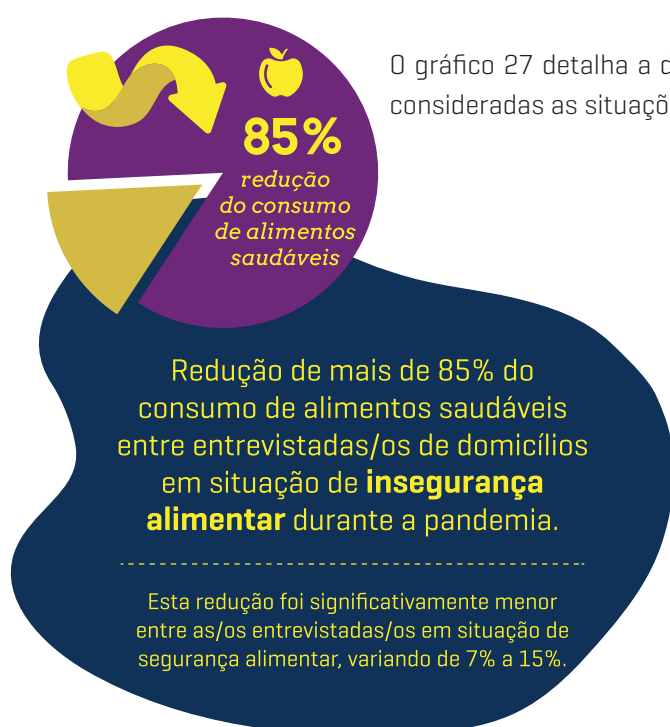
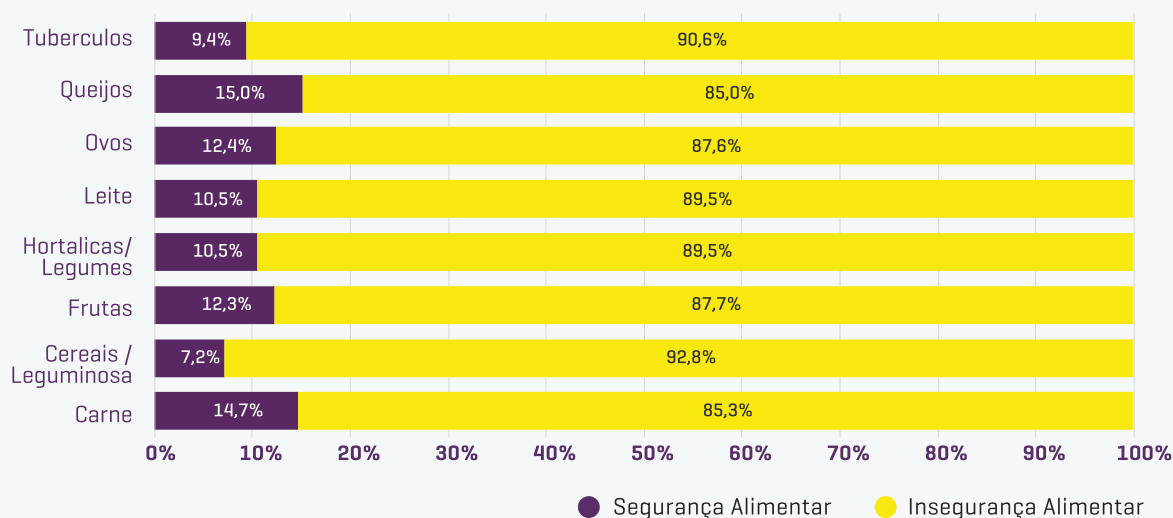
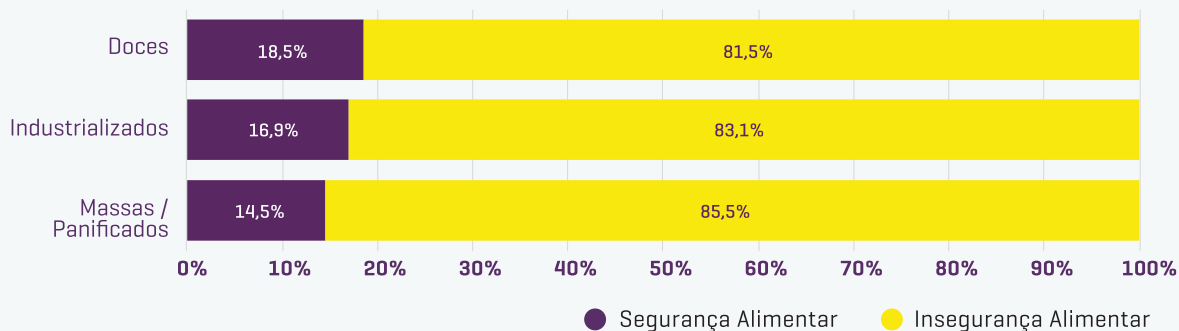


Gráfico 27**Proporção da redução no consumo de alimentos saudáveis por adultos segundo a classificação de segurança alimentar durante a pandemia, 2020**

Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de insegurança alimentar; queijos: 1 não respondeu e 27 não souberam informar; carnes: 1 não respondeu e 3 não souberam informar; leite: 3 não responderam e 18 não souberam informar; ovos: 7 não responderam e 2 não souberam informar; cereais/leguminosas: 2 não responderam e 3 não souberam informar; tubérculos: 10 não souberam informar; hortalias e legumes: 1 não respondeu e 6 não souberam informar, e frutas: 2 não responderam e 12 não souberam informar. Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se também a diminuição expressiva do consumo de alimentos não saudáveis entre pessoas em domicílios em situação de insegurança alimentar durante a pandemia, com proporções superiores a 80,0%. A média do universo de entrevistadas/os que relataram terem diminuído o consumo de alimentos após a pandemia foi de 698 pessoas (34,8% da amostra total da pesquisa). Este fato demonstra uma redução geral da disponibilidade de alimentos nos domicílios em situação de insegurança alimentar, inclusive os considerados não saudáveis (Gráfico 28).

Gráfico 28**Proporção da redução no consumo de alimentos não saudáveis por adultos segundo a classificação de segurança alimentar durante a pandemia, 2020**

Nota: 16 não responderam e 10 não souberam questões de insegurança alimentar; doces: 1 não respondeu e 34 não souberam informar; industrializados: 55 não souberam informar e massas/panificados: 1 não respondeu e 11 não souberam informar. Fonte: Dados da Pesquisa.

Considerações Finais

O ineditismo desta pesquisa se caracteriza pelo fato de combinar instrumentos de mensuração e análise da segurança alimentar e do perfil do consumo de alimentos, para o estudo destes fenômenos durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. Dessa forma, fez-se uso tanto das questões derivadas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, validada para utilização no Brasil [Segall-Correa et al., 2009], quanto de dados sobre o consumo de alimentos saudáveis e não saudáveis por meio de questões inspiradas nos indicadores de avaliação do consumo alimentar adotados pelo Vigitel. Tais dados foram analisados na relação com as características sociodemográficas das/os entrevistadas/os e seus domicílios, permitindo examinar as conexões entre insegurança alimentar e desigualdades, em uma amostra representativa da população brasileira.

Os dados indicam a significativa ocorrência de insegurança alimentar entre 59,4% dos domicílios pesquisados no período da pandemia de agosto a dezembro de 2020, [admitindo-se aqui a soma das categorias insegurança alimentar leve, 31,7%, moderada, 12,7%, e grave, 15,0%]. Esta pesquisa corrobora com novos dados para o campo de estudos de segurança alimentar, convergindo com o diagnóstico de pesquisas recentes [Ibge, 2020; Oxfam, 2020; Wanderley e Asada, 2020; Freitas e Pena, 2020] sobre a tendência de crescimento da insegurança alimentar nos últimos anos no Brasil. Esta tendência, provocada por uma conjunção de fatores relacionados a crises sociais, econômicas e políticas recentes, foi aprofundada, no cenário atual, pela crise sanitária mundial, decorrente da pandemia da Covid-19.

Pode-se observar que as diferenças de gênero, raça ou cor, perfil domiciliar, contextos regionais, territoriais e de renda são marcadores que influenciam a maior ou menor incidência de insegurança alimentar nos domicílios. Dessa forma, vê-se que os percentuais de insegurança alimentar se apresentam mais altos em domicílios com única/o responsável [66,3%], sendo ainda mais acentuada nos casos em que a responsável é mulher [73,8%] ou pessoa de raça ou cor parda [67,8%] e preta [66,8%]. Também é maior nas residências habitadas por crianças de até 4 anos [70,6%] ou crianças e adolescentes de 5 a 17 anos [66,4%]. A frequência de insegurança alimentar é também significativa nos domicílios situados nas regiões Nordeste [73,1%] e Norte [67,7%] do país e nas áreas rurais [75,2%].

Os aspectos atinentes à renda dos domicílios demonstram como os revezes econômicos acentuados pela pandemia impactaram a situação de segurança alimentar. Em contextos nos quais as/os entrevistadas/os declararam ter diminuído a renda do domicílio desde o início da pandemia, identifica-se a ocorrência de insegurança alimentar em 71,9% dos domicílios.

Em se tratando do consumo de alimentos saudáveis, a pesquisa revela que, antes mesmo da pandemia, havia irregularidade no consumo de alimentos nos domicílios classificados como em situação de insegurança alimentar. Assim, identificou-se o consumo irregular de carnes entre 72,6% das/dos entrevistadas/dos em situação de insegurança alimentar mesmo antes da pandemia. Entre este mesmo grupo de entrevistadas/os, a proporção de consumo irregular de hortaliças e legu-



mes era de 67,2%, e de frutas 66,5%. Com a pandemia, houve redução de mais de 85% do consumo de alimentos saudáveis entre entrevistadas/os cujos domicílios se encontravam em situação de insegurança alimentar.

A análise dos dados sobre o perfil de consumo de alimentos conjugados com a proporção da insegurança alimentar nos domicílios brasileiros mostra a gravidade da carência ao acesso a alimentos saudáveis que os lares brasileiros têm passado durante a pandemia, que afeta sobretudo alguns estratos da população brasileira: mulheres, pessoas de cor ou raça preta e parda, moradores das regiões Norte e Nordeste e de áreas rurais, domicílios com crianças e com menor renda per capita. Esta pesquisa oferece um grave retrato das desigualdades alimentares¹⁷ presentes no Brasil em tempos de pandemia da Covid-19. Espera-se que estes dados possam subsidiar o debate público e as ações governamentais na urgente implementação de políticas públicas reparadoras.

O banco de dados que subsidiou este trabalho será disponibilizado publicamente uma vez que tenha sido tratado no contexto da pesquisa, considerando a reconhecida prática de embargo de dados para permitir publicações originais pela equipe coordenadora do projeto.

17 Este conceito vem sendo sistematizado e desenvolvido no Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça. Uma primeira publicação sobre desigualdades alimentares interseccionais pode ser encontrada em Motta [no prelo]. Social movements as agents of change: fighting intersectional food inequalities, building food as webs of life. *The Sociological Review*.

Referências bibliográficas

- Abranches, Sérgio Henrique. 2019. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Aires, Julliana dos Santos, Mariana Cavalcante Martins, Emanuella Silva Joventino, and Lorena Barbosa Ximenes. 2012. “[In]segurança alimentar em famílias de pré-escolares de uma zona rural do Ceará.” *Acta Paulista de Enfermagem* 25 [1]: 102-108.
- Alpino, Tais de Moura Ariza, Cláudia Roberta Bocca Santos, Denise Cavalcante de Barros, and Carlos Machado de Freitas. 2020. “COVID-19 e [in]segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais.” *Cadernos de Saúde Pública* 36: e00161320.
- Anand, Sonia S, Corinna Hawkes, Russell J De Souza, Andrew Mente, Mahshid Dehghan, Rachel Nugent, Michael A Zulyniak, Tony Weis, Adam M Bernstein, and Ronald M Krauss. 2015. “Food Consumption and its Impact on Cardiovascular Disease: Importance of Solutions Focused on the Globalized Food System: a Report from the Workshop Convened by the World Heart Federation.” *Journal of the American College of Cardiology* 66 [14]: 1590-1614.
- Avritzer, Leonardo. 2019. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia.
- Baracho Wanderly, Bárbara Evelyn, and Nátali Filomeno Asada. 2020. “Os impactos da Covid 19 na perspectiva da segurança alimentar.” *Revista Pegada* 21 [2]: 359-375. <https://doi.org/https://doi.org/10.33026/peg.v21i2.7812>.
- Belik, Walter. 2003. “Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil.” *Saúde e sociedade* 12 [1]: 12-20.
- Carvalho, Sandro Sacchet de. 2020. “Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD COVID-19.” *Carta Conjunt.[Inst. Pesqui. Econ. Apl.]* [48]: 1-18.
- Castro, Inês Rugani Ribeiro de. 2019. “A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição.” *Cadernos de Saúde Pública* 35 [2]. <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/0102-311X00009919>.
- Coelho, Stefanie Eugênia dos Anjos Campos, Rodrigo Pinheiro de Toledo Vianna, Ana Maria Segall-Corrêa, Rafael Pérez-Escamilla, and Muriel Bauermann Gubert. 2015. “Insegurança alimentar entre adolescentes brasileiros: um estudo de validação da Escala Curta de Insegurança Alimentar.” *Revista de Nutrição* 28 [4]: 385-395. <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/1415-52732015000400005>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emenda constitucional nº 64. 4 fevereiro de 2010.
- de Araújo, Melissa Luciana, Raquel de Deus Mendonça, José Divino Lopes Filho, and Aline Cristine Souza Lopes. 2018. “Association between Food Insecurity and Food Intake.” *Nutrition* 54: 54-59.
- de Araújo, Melissa Luciana, Diana Rodrigues Nascimento, Mariana Souza Lopes, Camila Mendes dos Passos, and Aline Cristine Souza Lopes. 2020. “Condições de vida de famílias brasileiras: estimativa da insegurança alimentar.” *Revista Brasileira de Estudos de População* 37: 1-17.
- de Medeiros, Leonilde Servolo, Mariana Trotta Dallalana Quintans, and Silvia Aparecida Zimmermann. 2014. “Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas.” *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar* 4 [1]: 117-142.
- Favareto, Arilson. 2017. “Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além.” *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas* 37 [2]: 7-26.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations [FAO]. 2017. **The State of Food Security and Nutrition in the World. Building Resilience for Peace and Food Security**. FAO [Rome]. <https://apo.org.au/node/249031>.

Food and Agriculture Organization of the United Nations [FAO], IFAD, UNICEF, WFP, and WHO. 2019. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. Safeguarding against Economic Slowdowns and Downturns.** FAO [Rome]. <https://apo.org.au/node/248561>.

Freitas, Maria do Carmo Soares, and Paulo Gilvane Lopes Pena. 2020. **"Fome e pandemia de Covid-19 no Brasil."** Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia 8 (1): 34-40.

Gonzalez, Lauro, and Bruno Barreira. 2020. **Efeitos do auxílio emergencial sobre a renda: Excessivas são a pobreza e a desigualdade, não o auxílio.** Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da Fundação Getúlio Vargas. <https://eaesp.fgv.br/producao-intelectual/efeitos-auxilio-emergencial-sobre-renda>.

Henn, Matt. 2019. **Opinion Polls and Volatile Electorates: Problems and Issues in Polling European Societies.** Routledge.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. 2020. **Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil.** IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101749>.

Interlenghi, Gabriela dos Santos, and Rosana Salles-Costa. 2015. **"Inverse Association between Social Support and Household Food Insecurity in a Metropolitan Area of Rio de Janeiro, Brazil."** Public Health Nutrition 18 (16): 2925-2933.

Izumi, Mauricio Yoshida. 2019. **Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil.** Opinião Pública, v. 25, n. 1: 29-62.

Jaime, Patricia Constante, Sheila Rizzato Stopa, Taís Porto Oliveira, Maria Lúcia Vieira, Célia Landmann Szwarcwald, and Deborah Carvalho Malta. 2015. **"Prevalência e distribuição sociodemográfica de marcadores de alimentação saudável, Pesquisa Nacional de Saúde, Brasil 2013."** Epidemiologia e Serviços de Saúde 24 (2): 267-276.

Kac, Gilberto, Gustavo Velasquez-Melendez, Michael M Schlüssel, Ana Maria Segall-Côrrea, Antônio AM Silva, and Rafael Pérez-Escamilla. 2012. **"Severe Food Insecurity is Associated with Obesity among Brazilian Adolescent Females."** Public Health Nutrition 15 (10): 1854-1860.

Kenett, Ron S, Danny Pfeiffermann, and David M Steinberg. 2018. **"Election Polls — a Survey, a Critique, and Proposals."** Annual Review of Statistics and Its Application 5: 1-24.

Melgar-Quinonez, Hugo, and Michelle Hackett. 2008. **"Measuring Household Food Security: The Global Experience."** Revista de Nutrição 21 (0): 27-37.

Ministério da Saúde do Brasil [MS]. 2014. **Guia alimentar para população brasileira.** [Brasília]. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf.

Ministério da Saúde do Brasil [MS]. 2020. VIGITEL Brasil 2019. **Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico.** [Brasília]. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2019_vigilancia_fatores_risco.pdf.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS]. 2014. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional.** Estudo Técnico N. 01/2014. [Brasília]. <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>.

Motta, Renata Campos. [forthcoming]. **Social movements as agents of change: fighting intersectional food inequalities, building food as webs of life.** The Sociological Review.

Nguyen, Binh, Adrian Bauman, Joanne Gale, Emily Banks, Leonard Kritharides, and Ding Ding. 2016. **"Fruit and Vegetable Consumption and All-Cause Mortality: Evidence from a Large Australian Cohort Study."** International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity 13 (9).

Nicolau, Jairo Marconi. 2020. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018.** Editora Azahar.

Oliveira, Carlos and Mathieu Turgeon. 2015. **Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro.** Opinião Pública, 21(3): 574-600.

Oxfam Brasil. 2020. **"O vírus da fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto."** Accessed 05.03.2021. <https://www.oxfam.org.br/especiais/virus-da-fome/>.

Panigassi, Giseli, Ana Maria Segall-Corrêa, Letícia Marin-León, Rafael Pérez-Escamilla, Lucia Kurdian Maranhã, and Maria de Fátima Archanjo Sampaio. 2008. **"Insegurança alimentar intrafamiliar e perfil de consumo de alimentos."** Revista de Nutrição 21: 135-144.

Pereira, Frederico Batista. 2014. **Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002.** Revista de Sociologia e Política, v. 22, n. 50: 149-174.

Pérez-Escamilla, Rafael. 2005. **"Experiência internacional com a escala de percepção da insegurança alimentar."** Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate 2 [1]: 14-27.

Santos, Leonardo Pozza dos, Ivana Loraine Lindemann, Janaína Vieira dos Santos Motta, Gicele Mintem, Eliana Bender, and Denise Petrucci Gigante. 2014. **"Proposta de versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar."** Revista de Saúde Pública 48 [5]: 783-789.

Segall-Corrêa, Ana Maria, and Letícia Marin-Leon. 2009. **"A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009."** Segurança Alimentar e Nutricional 16 [2]: 1-19.

Silva, Maria Lucia Lopes da. 2018. **"Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro."** Serviço Social & Sociedade [131]: 130-154.

Solano, Esther, and Camila Rocha de Oliveira Rocha. 2019. **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular.

Teixeira, Marco Antonio, Renata Motta, Lúcio Rennó, Marcelo Galiza Pereira de Souza, Lea Zentgraf, and Eryka Galindo. [forthcoming]. **Marcha das Margaridas 2019: alimentação, mobilização social e gênero. Food for Justice Working Paper Series [Nr. 2].** Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy.

UNICEF. 2020. **Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes -Relatório de análise 1ª Onda.** Ibope – Inteligência. <https://www.unicef.org/brazil/media/11331/file/relatorio-analise-impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes.pdf>

UNICEF. 2021. **Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes - Relatório de análise 2ª Onda.** Ibope – Inteligência. https://www.unicef.org/brazil/media/12546/file/relatorio_analise_impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes_segunda-rodada.pdf.

United Nations [UN]. 2020. Policy Brief: **The Impact of COVID-19 on Food Security and Nutrition.** https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_policy_brief_on_covid_impact_on_food_security.pdf.

Valadares, Alexandre Arbex. 2014. **O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais.** Texto para discussão 1942. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA [Brasília]. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2866>.

Valadares, Alexandre Arbex, Claudia Mara Pedrosa, Brancolina Ferreira, and Marcelo Galiza Pereira de Souza. 2013. **Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.** Relatório de pesquisa. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Ipea]. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7537>.

Vídeo

Brasil-Berlim, Diálogos. 2021. **"Trabalho, precariedade e agravamento das desigualdades sociais."** Palestrantes: Lena Lavinas, Paulo Paim, Carmen Foro, Carlos Galo Lima and Mecila Merian Centre. 26.01.2021, video [125 min].

